



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
CURSO DE GRADUAÇÃO EM BIBLIOTECONOMIA**

JADYLMA CLEIA GOMES DE ANDRADE

**CONFRONTO DE REALIDADES: BIBLIOTECAS E BIBLIOTECÁRIOS NO
CONTEXTO DAS ESCOLAS CIDADÃS INTEGRAIS DA PARAÍBA**

**JOÃO PESSOA
2023**

JADYLMA CLEIA GOMES DE ANDRADE

**CONFRONTO DE REALIDADES: BIBLIOTECAS E BIBLIOTECÁRIOS NO
CONTEXTO DAS ESCOLAS CIDADÃS INTEGRAIS DA PARAÍBA**

Trabalho de Conclusão de Curso,
apresentado ao Curso de graduação em
Biblioteconomia do Centro de Ciências
Sociais Aplicadas da Universidade Federal
da Paraíba, como requisito parcial para a
obtenção do grau de bacharela.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Ediane Toscano
Galdino de Carvalho

JOÃO PESSOA
2023

Catálogo na publicação
Seção de Catalogação e Classificação

A553c Andrade, Jacylma Cleia Gomes de.
Confronto de realidades: bibliotecas e
bibliotecários no contexto das Escolas Cidades
Integrais da Paraíba / Jacylma Cleia Gomes de Andrade.
- João Pessoa, 2023.
53 f. : il.

Orientação: Ediane Toscano Galdino de Carvalho.
TCC (Graduação) - UFPB/CCSA.

1. Biblioteca pública escolar. 2. Escola Cidadã
Integral da Paraíba. 3. Bibliotecário escolar. I.
Carvalho, Ediane Toscano Galdino de. II. Título.

UFPB/CCSA

CDU 02

JADYLMA CLEIA GOMES DE ANDRADE

**CONFRONTO DE REALIDADES: BIBLIOTECAS E BIBLIOTECÁRIOS NO
CONTEXTO DAS ESCOLAS CIDADÃS INTEGRAIS DA PARAÍBA**

Trabalho de Conclusão de Curso, apresentado ao
Curso de graduação em Biblioteconomia do Centro
de Ciências Sociais Aplicadas da Universidade
Federal da Paraíba, como requisito parcial para a
obtenção do grau de bacharela.

Aprovado em: 16 de novembro 2023.

BANCA EXAMINADORA

Documento assinado digitalmente
 **EDIANE TOSCANO GALDINO DE CARVALHO**
Data: 03/12/2023 23:28:47-0300
Verifique em <https://validar.it.gov.br>

Profa. Dra. Ediane Toscano Galdino de Carvalho
Orientadora - DCI/UEPB

Documento assinado digitalmente
 **GENOVEVA BATISTA DO NASCIMENTO**
Data: 04/12/2023 07:55:42-0300
Verifique em <https://validar.it.gov.br>

Profa. Dra. Genoveva Batista do Nascimento
DCI/UEPB

Documento assinado digitalmente
 **EDILENE TOSCANO GALDINO DOS SANTOS**
Data: 04/12/2023 08:26:29-0300
Verifique em <https://validar.it.gov.br>

Profa. Dra. Edilene Toscano Galdino dos Santos
DCI/UEPB

João Pessoa
2023

AGRADECIMENTOS

Agradeço aos meus pais, irmãos e principalmente aos meus sobrinhos, por me proporcionar inúmeras aventuras com as leituras e brincadeiras.

Com apreço agradeço aos meus professores do curso de Biblioteconomia, por apresentarem este mundo que é tão amplo. Em especial: Professora Rosa Zuleide, Professora Genoveva Batista do Nascimento e principalmente a Ediane Toscano Galdino de Carvalho (Orientadora) por sua imensa paciência.

Às minhas amigas: Juliana Karla, Daniela Marinho, Febrânia, Leila D'angelo, pela paciência, força e risadas, principalmente nas crises de pânico. E aos demais colegas que contribuíram no meu caminho acadêmico.

Agradeço a minha amiga Germana Ramos, Bibliotecária de profissão e coração, que me anima todos os dias e sempre me ensina algo a mais.

Agradeço a minha amiga Liliane Mendonça, arquivista da UFPB, por me apresentar o mundo arquivístico, e passar um pouco de sua experiência nesta área.

Gratidão aos colegas do curso de biblioteconomia, que buscam um motivo para atuarem em sua área, em especial aqueles que buscam atuar na área escolar.

RESUMO

Esta pesquisa aborda a pertinência das bibliotecas escolares no contexto educacional a partir da legislação que fundamenta a presença desses espaços em todos os níveis de ensino e o papel do bibliotecário respaldado por leis como a nº 4.084/1962 e a Lei nº 12.244/2010. Diante da condição de uma profissão regulamentada e de interesse social é perceptível a inexistência de concurso para Bibliotecário no âmbito do estado da Paraíba. Desse modo surgiu a necessidade de delinear o questionamento sobre a efetiva presença no quadro de pessoal das Escolas Cidadãs Integrais (ECI) na Paraíba, tendo em vista as transformações na estrutura do ensino médio do referido Estado. Essa pesquisa é caracterizada como exploratória com abordagem qualitativa e quantitativa. A coleta de dados foi realizada com base em documentos oficiais de arquivos contidos em ambiente virtual da Secretaria de Educação da Paraíba e em correspondências para as instituições. A partir da realização do levantamento quantitativo de bibliotecários ativos nas ECI e seus espaços de trabalho foi possível identificar a situação desses profissionais nas instituições de ensino integral do estado, como também ressaltar a relevância dessa investigação para a necessidade de continuar explorando essa temática e, sobretudo visibilizar a real situação da demanda de bibliotecários no estado da Paraíba para exigir ações efetivas das autoridades competentes. Conclui-se que as Escolas Cidadãs Integrais da Paraíba, não apresentam em seu quadro de funcionários a presença do bibliotecário. Ademais, a secretaria de Educação não apresenta perspectivas de realização de concurso para atender a demanda de bibliotecários nas ECI.

Palavras-chave: Biblioteca pública escolar; Escola Cidadã Integral da Paraíba; Bibliotecário escolar.

ABSTRACT

This research addresses the relevance of school libraries in the educational context, based on the legislation that supports the presence of these spaces at all levels of education and the role of the librarian supported by laws such as Law No. 4.084/1962 and Law No. 12.244/2010. Given the regulated nature of the profession and its social importance, it is noticeable that there is no librarian recruitment process in the state of Paraíba. Thus, the need arose to outline the questioning regarding the effective presence in the staff of Integral Citizen Schools (ECI) in Paraíba, considering the transformations in the structure of high school in the state. This research is characterized as exploratory with a qualitative and quantitative approach. Data collection was based on official documents from archives contained in the virtual environment of the Paraíba Department of Education and correspondences to institutions. Through the quantitative survey of active librarians in ECI and their workspaces, it was possible to identify the situation of these professionals in the state's integral education institutions, as well as emphasize the relevance of this investigation for the need to continue exploring this theme and, above all, make visible the real situation of the demand for librarians in the state of Paraíba to demand effective actions from the competent authorities. It is concluded that Integral Citizen Schools in Paraíba do not have librarians in their staff. Furthermore, the Department of Education does not show any prospects for conducting a recruitment process to meet the demand for librarians in ECI.

Keywords: School public library; Integral Citizen School of Paraíba; School librarian.

LISTA DE ABREVIATURAS

BNCC -	Base Nacional Comum Curricular
CEEI -	Comissão Executiva de Educação Integral
CFB -	Conselho Federal de Biblioteconomia
DOE-PB -	Diário Oficial do Estado da Paraíba
DOU –	Diário Oficial da União
ECA -	Estatuto da Criança e do Adolescente
ECI -	Escola Cidadã Integral
ECIPB –	Escola Cidadã Integral da Paraíba
ECIT -	Escola Cidadã Integral Técnica
GOEM -	Gerência Operacional de Ensino Médio
GRE -	Gerência Regional de Ensino
INEP -	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
INL -	Instituto Nacional do Livro
LDB -	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
PNBE -	Programa Nacional Biblioteca da Escola
PNE -	Plano Nacional de Educação
SAGRES -	Sistema de Acompanhamento da Gestão dos Recursos da Sociedade
TCE-PB -	Tribunal de Contas do Estado

SUMÁRIO

1.	INTRODUÇÃO	9
2.	BIBLIOTECA ESCOLAR NO BRASIL: das origens a sua institucionalização ...	12
2.1	O bibliotecário escolar: instrumento de ação	18
3.	ESCOLA CIDADÃ INTEGRAL NO ENSINO MÉDIO DA PARAÍBA: uma resposta ao ensino médio	20
4	PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	24
5	BIBLIOTECAS E BIBLIOTECÁRIOS DAS ESCOLAS CIDADÃS INTEGRAIS DO ESTADO DA PARAÍBA	27
5.1	Gerência Regional de Ensino (GRE)	29
5.2	Bibliotecário na Secretaria de Estado da Paraíba.....	31
5.3	Bibliotecário na Secretaria de Educação e Cultura na Paraíba	33
6	CONSIDERAÇÕES FINAIS	34
	REFERÊNCIAS	36
	APÊNDICE A	39
	APÊNDICE B	40
	ANEXO 1 - TABELA DE ESCOLAS CIDADÃS INTEGRAIS ESTADUAIS	41
	ANEXO 2 - GERÊNCIAS REGIONAIS DE ENSINO DA SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO DA PARAÍBA	49
	ANEXO 3 – CENSO ESCOLAR	51

1 INTRODUÇÃO

As bibliotecas escolares são consideradas relevantes no compartilhamento e acolhida dos estudantes do ensino básico até o ensino médio, embora algumas organizações educacionais ignorem a função exercida a partir dos produtos e serviços oferecidos pelas referidas bibliotecas. Cabe destacar que esses espaços são acessíveis e inclusivos atendendo a democratização do conhecimento e estão inseridos em instituições privadas e públicas que promovem a disseminação de informações e a interação com os usuários no processo educacional.

As bibliotecas escolares públicas no Brasil, independentemente do nível escolar, seguem recomendações advindas das demandas da educação nacional a partir das Diretrizes Educacionais que ao longo da história vem sendo modificadas de acordo com as necessidades sociais e culturais direcionadas especificamente para cada nível escolar.

As ações referentes ao Ensino Médio seguem as Diretrizes Educacionais nacionais indicadas conforme a Política Nacional de Alfabetização e a Base Nacional Comum Curricular. O Governo Federal instituiu em 2014 a Lei nº 13.005, para o Plano Nacional de Educação em que reforma o ensino médio, denominando “Novo Ensino Médio”. Esse programa expande a estrutura e o currículo do ensino médio, visando preparar os estudantes para as demandas do mercado de trabalho. Especificamente na Paraíba, essa reforma foi implementada enquanto o governo estadual desenvolvia o plano de execução das denominadas “Escolas Integrais”. Em 2015, surgiu o Programa de Escolas Cidadãs Integrais (ECI) e Escolas Cidadãs Integrais Técnicas (ECIT), introduzindo um novo modelo de aprendizado envolvendo a escola, os estudantes e a comunidade, objetivando promover uma formação completa, incluindo aspectos físicos, cognitivos e socioemocionais.

Para seguir a legislação citada anteriormente é possível identificar que existe uma grande demanda nessas Escolas Cidadãs Integrais e Técnicas, no que concerne a implantação de Bibliotecas e na mesma medida a contratação de Bibliotecários. Esse fato levanta a preocupação em relação a real existência de Bibliotecas nas Escolas Cidadãs, como

também a de Bibliotecários nesses espaços. No que concerne ao ensino médio, em especial no estado da Paraíba, a responsabilidade sobre todo o processo de implantação fica a cargo do Governo do Estado que segue as Diretrizes Educacionais nacionais indicadas conforme a Política Nacional de Alfabetização e a Base Nacional Comum Curricular para a alfabetização, estabelecida pelo Decreto 9.765/2019. Verifica-se que este decreto também traz a ênfase na indicação de implantação de bibliotecas, evidenciando a obrigação de estabelecer bibliotecas, independentemente do nível de ensino ao qual se aplicam.

Desse modo, respaldado nas leis 4.084/1962, seguida pelo decreto nº 56.725/1965 e culminando na lei 12.244/2010, encontra-se o bibliotecário responsável e especializado para desenvolver as atividades nas bibliotecas escolares. Diversos Projetos de Leis tramitam na Câmara Legislativa com o objetivo de discutir sobre a importância, a presença, a participação e a atuação dos bibliotecários.

Diante desse contexto surgiram inquietações, sobretudo o fato de que a biblioteca escolar ser fundamental para o processo educacional, ainda necessita de uma atenção por parte do poder público. Na mesma ordem de preocupação encontra-se um profissional regulamentado, especializado com curso universitário e com poucas oportunidades de trabalho no âmbito das escolas públicas, conforme é verificado a partir da divulgação de concursos públicos ao longo do tempo. Essas situações instigaram a elaboração do seguinte questionamento: As Escolas Cidadãs Integral do Estado da Paraíba incluem efetivamente Bibliotecas e Bibliotecários na estrutura organizacional?

Com isso, foi possível elaborar o seguinte objetivo geral: Constatar a existência de Bibliotecas e bibliotecários nas escolas Cidadãs Integral do Estado da Paraíba. Para tanto, os objetivos específicos são: Mapear as Escolas Cidadãs Integrais no estado da Paraíba; Averiguar a existência de biblioteca nas Escolas Cidadãs Integral do estado da Paraíba; Identificar a existência de Bibliotecário no quadro de funcionários da Secretaria de Educação e Cultura do Estado da Paraíba.

A curiosidade é uma parte fundamental da natureza de um pesquisador, e enquanto busca informações, é comum perceber uma discrepância entre a teoria e a realidade, especialmente no contexto das

escolas públicas estaduais. A motivação para investigar e esclarecimento surgiu da minha experiência profissional na área da educação e perceber os diversos desafios entre a teoria e a prática.

Essa investigação desempenha um papel significativo no cenário do Estado da Paraíba, especialmente para a Secretaria de Educação. Ela oferece uma visão atualizada sobre a presença ou ausência do profissional bibliotecário nas Escolas Cidadãs Integrais. Além disso, os resultados dessa investigação oferecem a compreensão da demanda atual do mercado de trabalho relacionado às bibliotecas escolares do Estado. Portanto, é imperativo conduzir um levantamento para quantificar o número de bibliotecários ativos nas Escolas Cidadãs Integrais e identificar as respectivas unidades em que estão alocados.

Para atender o processo metodológico, essa pesquisa é do tipo exploratória, com abordagem qualitativa e quantitativa. A coleta de dados foi realizada a partir de pesquisas bibliográficas e documentais que permite levantar informações sobre o número de escolas em funcionamento e a quantidade de profissionais bibliotecários atuantes nesse contexto. Além disso, busca identificar quem são esses profissionais, quantos estão disponíveis e em quais localidades eles estão alocados.

A elaboração dessa investigação foi composta por quatro partes: a introdução, a fundamentação teórica onde foram abordadas as temáticas de biblioteca escolar, o profissional bibliotecário e rede de ensino integral da Paraíba. Na terceira parte encontra-se a metodologia distribuída na coleta de dados e na análise. Por fim, a conclusão registrando o alcance dos objetivos e defesa da hipótese.

2 BIBLIOTECA ESCOLAR NO BRASIL: das origens a sua institucionalização

De acordo com a história nacional do Brasil, as primeiras bibliotecas Brasileiras surgiram no período colonial, sob o domínio de Portugal, como resultado de iniciativa dos primeiros jesuítas com a implantação dos “colégios jesuítas”. Conforme Fonseca (1992, p. 56), durante esse período, o acesso a essas instituições era predominante para membros do clero, autoridades coloniais e proprietários de terras, pois detinham poder intelectual que exigia ações de conhecimentos para a leitura de livros.

Devido a importância dada pela coroa portuguesa, as bibliotecas desempenharam um papel fundamental para a cultura e educação, salvaguardando livros e manuscritos valiosos, embora com o acesso restrito citado anteriormente. Desse modo, D. João VI criou a Biblioteca real, atual Biblioteca Nacional que representa a instituição mais significativa do Brasil no que se refere à preservação e disseminação do conhecimento.

Ao longo dos anos, a Biblioteca Nacional acumulou uma extensa e variada coleção, abrangendo obras como livros, manuscritos, mapas e outros artefatos de significado histórico e cultural. Com o decorrer do tempo e o progresso da educação e da cultura no Brasil, o acesso às bibliotecas gradualmente se ampliou, tornando-as recursos fundamentais para a democratização do conhecimento e a promoção da leitura em todo o país.

Essa transformação se deu em paralelo com a evolução social, educacional e tecnológica, fazendo surgir as Bibliotecas Escolares. Estas se estabeleceram como parte integral das instituições de ensino, projetadas com o propósito de respaldar o processo de ensino, aprendizado e pesquisa. No Brasil, elas surgiram em resposta à preocupação com o combate ao analfabetismo, um desafio agravado pela falta de políticas educacionais eficazes que promovessem a alfabetização. Um momento significativo nesse contexto ocorreu em 1937, com a criação do Instituto Nacional do Livro (INL), o que desencadeou discussões cruciais sobre o fortalecimento das bibliotecas públicas no país. A grande motivação de criação desse espaço foi a compreensão de que a educação e o acesso à leitura eram elementos essenciais para superar o analfabetismo e promover a formação intelectual dos cidadãos brasileiros. Nesse sentido, os estudantes não apenas aprendem a ler,

mas também expandem seus horizontes por meio do conhecimento contido nos livros.

A fundação do Instituto Nacional do Livro marcou um avanço significativo nesse contexto, ao trazer à tona discussões sobre a necessidade de investir em bibliotecas públicas como parte integrante do sistema educacional e cultural do país. A existência do INL sinalizou o comprometimento do governo brasileiro em promover a leitura, a literatura e a cultura por meio da disponibilização de recursos bibliográficos para a população em geral.

Em 1971, a promulgação da Lei 5.692, que estabeleceu diretrizes para a educação nacional, introduziu uma série de mudanças no sistema educacional brasileiro, refletindo o compromisso do governo em expandir o acesso à educação básica. Posteriormente, outras reformas educacionais ocorreram, com destaque para a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) de 1996, que estabeleceu princípios e diretrizes atualizados para a educação no Brasil.

Embora a Lei de Diretrizes e Bases da Educação não tenha mencionado explicitamente os bibliotecários, as mudanças introduzidas enfatizaram a promoção da leitura nas escolas como parte fundamental do processo de ensino. Isso implicou a valorização das bibliotecas escolares como espaços de aprendizado, tornando a presença dos referidos profissionais uma necessidade prática para garantir que essas instituições cumprissem sua missão de enriquecer o ambiente educacional e promover o acesso à informação de qualidade.

Além de promover a leitura, as bibliotecas escolares têm o potencial de promover a igualdade de acesso à educação, oferecendo a todos os alunos, independentemente de sua origem socioeconômica, a oportunidade de explorar o mundo dos livros e do aprendizado. Conforme Fonseca (1992, p. 62), "A biblioteca escolar tem o objetivo específico de fornecer livros e material didático tanto a estudantes como a professores. Ela oferece a infraestrutura bibliográfica e audiovisual do ensino de primeiro e segundo graus". Ademais, Campello (2003) aponta que a referida instituição desempenha uma função pedagógica em constante evolução, abrangendo não apenas a promoção da leitura, mas também o apoio à pesquisa escolar, o desenvolvimento de

habilidades cognitivas e a integração com o processo educacional mais amplo.

Esse espaço produtor de conhecimentos tornou-se um componente significativo no enriquecimento de todo sistema educacional, oferecendo acesso à informação, promoção da leitura e apoio às atividades de ensino e aprendizagem. Para garantir o funcionamento eficaz dessas instituições e o desenvolvimento da profissão de bibliotecário, existem leis e regulamentações específicas que regem esse campo no Brasil.

Alcântara (2013) ressalta a importância de promover o uso da biblioteca e de capacitar os indivíduos para sua utilização adequada, servindo de apoio à aprendizagem e leitura, especialmente no que diz respeito à utilização de diversas fontes de informação e a seus recursos tecnológicos. Essas ações na biblioteca escolar permitem sua diferenciação dos demais espaços dentro da escola, uma vez que fomenta a interação entre alunos, professores e bibliotecário como também os outros profissionais da escola. De acordo com Motta (1999, p. 21), a biblioteca escolar deve estar "bem definida quanto à sua organização e funcionamento para que possa facilitar o ensino e a aprendizagem". Portanto, é crucial que seja um espaço bem administrado, organizado e agradável. Isso enfatiza a importância do bibliotecário no processo educacional.

As legislações criadas estabelecem diretrizes para o funcionamento e desenvolvimento dos referidos espaços e dos seus profissionais. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), Lei nº 9.394/96, é uma das leis mais relevantes pois define a educação como um direito de todos e estabelece que as bibliotecas são componentes essenciais das instituições de ensino. A LDB também enfatiza a importância da leitura e do acesso à informação como parte integral do processo educacional.

Além disso, o Plano Nacional de Educação (PNE), Lei nº 13.005/14, estabelece metas para a melhoria da qualidade da educação no Brasil, incluindo o fortalecimento das bibliotecas escolares. O PNE prevê a promoção da leitura e da pesquisa como parte da formação dos estudantes e destaca a necessidade de recursos e profissionais qualificados nas bibliotecas escolares.

A Lei nº 8.069/1990 é o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) no Brasil, que estabelece direitos e responsabilidades para crianças e adolescentes, além de regular a atuação de órgãos e instituições que lidam

com a proteção e o bem-estar dessa faixa idade. Em relação ao bibliotecário, não há uma relação direta entre a ECA e a profissão de bibliotecário, mas há aspectos em que o trabalho do

bibliotecário pode se relacionar com a lei, especialmente no que diz respeito à promoção da educação, cultura e informação para crianças e adolescentes.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), Lei nº 9.394/1996, é uma legislação brasileira que estabelece as diretrizes e bases da educação no país. Embora a LDB não mencione diretamente a profissão de bibliotecário, ela tem implicações importantes para a atuação desses profissionais, uma vez que os bibliotecários desempenham um papel relevante no contexto educacional. De acordo com a LDB, as escolas devem contar com bibliotecas que disponham de acervo atualizado e adequado, bem como com profissionais habilitados para atender às necessidades dos alunos. Os bibliotecários desempenham um papel fundamental na gestão dessas bibliotecas escolares, promovendo o acesso à informação e à leitura, apoiando o processo educacional e auxiliando os estudantes na busca de conhecimento.

Cabe destacar que a Política Nacional de Alfabetização e a Base Nacional Comum Curricular para a alfabetização, estabelecida pelo Decreto 9.765/2019 indica no Artigo 5º, inciso V uma ênfase na implantação de bibliotecas quando informa sobre o "estímulo à leitura e escrita e à apreciação literária por meio de ações que os integrem à prática cotidiana das famílias, escolas, bibliotecas e de outras instituições educacionais, com vistas à formação de uma educação literária", posteriormente esse artigo foi revogado pelo decreto nº 11.556/2023 - Art. 29, inciso III, que exclui a denominação biblioteca, porém exige a necessidade de "instalação de espaços de incentivo a práticas de leitura apropriados à faixa etária, ao contexto sociocultural, ao gênero e ao pertencimento étnico-racial dos estudantes" (Brasil, 2019).

A Lei nº 12.244/2010 trata de uma legislação brasileira que estabelece a obrigatoriedade da existência de bibliotecas em todas as instituições de ensino do país. Ela é relevante para a profissão de bibliotecário, pois define e regula a necessidade de bibliotecas escolares em todos os níveis de ensino, desde a educação básica até o ensino superior, público e privado. Estabelece a importância das bibliotecas escolares em todas as instituições de ensino no Brasil e, por extensão, destaca o papel crucial do bibliotecário na promoção da

leitura, no acesso à informação e na gestão de bibliotecas. A presença de bibliotecários nas escolas contribui para o cumprimento da lei, garantindo que os estudantes tenham acesso à biblioteca de qualidade e que as bibliotecas desempenhem um papel educacional significativo.

Apesar das Leis que instruem a presença de bibliotecas e bibliotecários, um dos principais desafios referentes a implantação de uma biblioteca é a falta de recursos financeiros para equipar e mantê-las de forma adequada. Muitas escolas enfrentam dificuldades para adquirir livros e materiais, bem como para contratar bibliotecários qualificados. No entanto, houve avanços significativos com o Programa Nacional Biblioteca da Escola (PNBE) ao distribuir livros didáticos e literários para as escolas públicas, fortalecendo os acervos dessas instituições.

O Programa Nacional de Biblioteca Escolar teve início na década de 1950, quando o governo brasileiro, reconhecendo a importância das bibliotecas escolares na promoção da educação e da leitura, começou a enviar coleções de livros às escolas. Mas somente em 1977, o programa consolidou. A partir de 1991, a seleção do material para distribuição deu-se por meio de edital de seleção, para os livros didáticos. Em 1997, a distribuição de livros didáticos para as bibliotecas escolares mudou com a distribuição de obras literárias de autores nacionais, ficou conhecido como PNBE-Literário.

A internet foi o consolidador para a diversificação dos meios de distribuição, o Programa ficou conhecido como PNBE-Internet. Além da distribuição dos livros físicos, há materiais digitais e o acesso à internet. A partir de 2014, o programa distribui livros e materiais digitais, com foco na Base Nacional Comum Curricular (BNCC). Além disso, houve um esforço para atender escolas públicas urbanas e rurais, bem como instituições que atendem a população indígena e quilombola. Atualmente, com a cooperação da Base Nacional Comum Curricular, segue com o objetivo de promover a leitura e a formação do acervo bibliográfico das escolas públicas.

As leis que se aplicam às bibliotecas escolares também reconhecem o papel especializado e fundamental dos bibliotecários que desempenha diversas funções, incluindo a seleção e organização de materiais, a promoção da leitura, o suporte à pesquisa e o auxílio no desenvolvimento de habilidades de informação pelos alunos. Suas atividades estão alinhadas com as metas de

promoção da educação e do acesso à informação, estabelecidas nas leis educacionais.

Foram criadas leis que respaldam o exercício da atividade dos bibliotecários fornecendo diretrizes essenciais no contexto de sua atuação e orientam quanto às atualizações que podem surgir em decorrência de mudanças no âmbito legislativo, as quais podem impactar a sua prática profissional que são esforços para valorizar e qualificar a profissão.

É pertinente destacar as principais leis relacionadas ao bibliotecário:

- Decreto-lei nº 2.166, de 06 de maio de 1940: Desdobra as carreiras de Bibliotecário, que especifica, nas de Bibliotecário e Bibliotecário-Auxiliar, e dá outras providências.
- Lei nº 4.084, de 30 de junho de 1962: Regulamenta a profissão de bibliotecário no Brasil e estabelece as atribuições do bibliotecário.
- Decreto nº 56.725, de 16 de agosto de 1965: dispõe sobre o exercício da profissão de Bibliotecário.
- Lei nº 9.674, de 25 de junho de 1998: Dispõe sobre o exercício da profissão do bibliotecário.
- Resolução CFB nº 207, de 09 de novembro de 2018: Define atribuições e competências do bibliotecário no âmbito da educação básica.

As leis de regulamentação da profissão de bibliotecário desempenham um papel essencial na orientação e na atualização dos profissionais, fornecendo diretrizes claras para sua atuação. Embora o Brasil apresente legislações específicas para esse profissional e as leis educacionais exijam a sua presença, percebe-se que ainda é necessário enfrentar um grande desafio que é a falta de comprometimento em todo o processo que inclui o bibliotecário no âmbito das bibliotecas com o fim de alcançar resultados agradáveis.

Assim uma biblioteca escolar é mais do que apenas um espaço físico onde os livros são armazenados. É um ambiente dinâmico e interativo que desempenha um papel fundamental na educação e no desenvolvimento dos estudantes, fomentando a leitura, a pesquisa, a criatividade e o pensamento crítico. Elas representam verdadeiros faróis de sabedoria e criatividade por serem ambientes que fomentam a curiosidade e cultivam o conhecimento e

desempenham um papel fundamental no aprimoramento educacional e intelectual dos estudantes essenciais para a formação de cidadãos. Esses espaços oferecem uma riqueza de informações prontas para serem exploradas. As estantes repletas de contos de fadas e livros didáticos servem como portais para inúmeras aventuras literárias que abrem portas para o vasto mundo da ciência, história e cultura.

Ao longo do tempo é verificado diversas mudanças para o sistema educacional nacional. Atualmente está ocorrendo transformações no ensino médio, motivo para entendermos como está sendo realizado o processo de envolvimento da biblioteca e do bibliotecário.

A biblioteca escolar é um espaço educativo que tem como objetivo promover a leitura, a pesquisa e aprendizagem com atividades atrativas e convidativas, pois oferece materiais informativos e culturais, além de promover o desenvolvimento de competências cognitivas e socioemocionais. Fonseca (1992, p. 53) define essa instituição como “infraestrutura bibliográfica e audiovisual do ensino fundamental e médio.”

Desse modo, contém acervo diversificado e acessível a todos os membros da comunidade escolar, incluindo alunos, professores, funcionários e pais.

2.1. O bibliotecário escolar: instrumento de ação

O bibliotecário escolar é o profissional responsável por organizar e gerenciar a biblioteca. Ele deve trabalhar em conjunto com os professores para desenvolver projetos e atividades que promovam a leitura e a pesquisa. É um dos principais profissionais da informação responsáveis pelo processamento da informação bibliográfica produzida nos meios acadêmico e intelectual, e seu papel no processamento e acesso à informação parece inegável. Contudo, apesar do seu papel histórico na mediação e produção de conhecimento, o seu reconhecimento social e profissional é pouco visível.

Para Silva (1995, p. 75):

O bibliotecário escolar é uma espécie de coordenador da biblioteca, responsável, como já denota o termo, pela coordenação das sugestões, idéias, atividades vindas de

todos os pontos da escola, sempre visando a transformação da biblioteca escolar num espaço dinâmico e articulado com o trabalho desenvolvido pelo professor.

Desenvolve diversas atribuições tais como: administrativas que relacionam-se com a organização do acervo, planejamento de instalação e manutenção da biblioteca; Educativas que indicam o incentivo à leitura, o planejamento de atividades relacionadas ao currículo escolar, a orientação de uso da biblioteca, a interação com os professores e demais funcionários da escola, a promoção de eventos e ações culturais; Técnicas confere o processamento técnico, a seleção, aquisição e organização de material para o acervo, a coordenação de serviço de empréstimo.

Para tanto, apresenta habilidades e competências especializadas em mediar a informação a partir do acesso ao acervo de forma eficaz com o apoio a pesquisas, como também oferecer atividades e recursos que promovam o desenvolvimento cognitivo dos estudantes, como a compreensão da leitura, a capacidade de pesquisa e o pensamento crítico. Ademais apoia a parte pedagógica junto aos professores com recursos fundamentais para o ensino e aprendizagem.

A biblioteca escolar, com seu acervo diversificado e a orientação do bibliotecário comprometido, desempenha um papel crucial no desenvolvimento acadêmico e pessoal dos alunos. Ao promover o acesso ao conhecimento, estimular a leitura, e oferecer suporte às pesquisas, ela contribui para a formação de indivíduos mais competentes e engajados, reforçando seu papel como um pilar fundamental na comunidade escolar. E das competências socioemocionais, como a criatividade, a empatia e a cooperação. Torna-se um recurso essencial para a educação. Onde contribui para o desenvolvimento dos alunos em todos os aspectos, desde o aprendizado acadêmico até o desenvolvimento pessoal.

Para atingir esses objetivos, a biblioteca escolar deve contar com um acervo diversificado de materiais, bem como com um bibliotecário qualificado e comprometido com o desenvolvimento dos alunos.

3 ESCOLA CIDADÃ INTEGRAL NO ENSINO MÉDIO DA PARAÍBA: uma resposta ao ensino médio

Para avançar com novos modelos estruturais do sistema de educação, foi implantado o “Novo ensino Médio” no Brasil. Esse programa foi iniciado no Estado da Paraíba em 1º de dezembro de 2015, com a publicação no Diário Oficial do Estado da Paraíba (DOE-PB), os Decretos nº 36.408 e nº 36.409, e promulgado pela Lei nº 11.100/2018, que estabeleceram a regulamentação do Programa Escolas Cidadãs Integrais (ECI) e das Escolas Cidadãs Integrais Técnicas (ECIT). O objetivo do programa é promover uma transformação significativa na estrutura e no padrão do ensino, onde o programa adota uma abordagem de educação integral, que implica que os estudantes passem um período extenso na escola, participando não somente de atividades acadêmicas, mas também de experiências culturais, esportivas e de lazer.

O Programa Escolas Cidadãs Integrais (ECI) e Escolas Cidadãs Integrais Técnicas (ECIT) representam uma resposta inovadora e abrangente às necessidades educacionais do estado da Paraíba. Enfatiza não apenas o aprendizado acadêmico, mas também o desenvolvimento de habilidades sociais e cidadãs, e assim buscam formar cidadãos bem-preparados para contribuir de forma positiva para a sociedade.

O Decreto 26.408/2015, publicado no Diário Oficial do Estado da Paraíba (Paraíba, 2015), publica as principais características e objetivos das Escolas Cidadãs Integrais da Paraíba, que incluem:

- **Jornada Ampliada:** Os alunos passam mais tempo na escola, com uma jornada que pode chegar a até 09 horas diárias, o que permite uma maior dedicação ao estudo, atividades extracurriculares e projetos pedagógicos.
- **Formação Integral:** O modelo visa o desenvolvimento integral do estudante, incluindo não apenas o aprendizado acadêmico, mas também aspectos sociais, culturais e emocionais.
- **Atividades Complementares:** Além das disciplinas tradicionais, as Escolas Cidadãs Integrais oferecem atividades complementares, como: esportes, arte, cultura, tecnologia, entre outras, para enriquecer a experiência educacional

dos alunos.

- **Envolvimento da Comunidade:** Há um esforço para envolver a comunidade local nas atividades escolares, promovendo uma maior integração entre escola, família e sociedade.

- **Merenda Escolar:** Algumas escolas oferecem uma alimentação escolar de qualidade para os alunos, contribuindo para o seu bem-estar e saúde.

- **Ênfase na Educação Cidadã:** O modelo busca promover valores cívicos e éticos, mudando formar cidadãos responsáveis e participativos na sociedade.

O objetivo principal das Escolas Cidadãs é melhorar a qualidade da educação e oferecer oportunidades mais amplas para o desenvolvimento dos estudantes, preparando-os para enfrentar os desafios do mundo contemporâneo.

São objetivos das ECIs e ECITs, entre outros:

- I - formar cidadãos capazes, solidários, socialmente ativos e competentes;
- II – desenvolver processos formativos para fomentar o protagonismo juvenil;
- III – desenvolver aptidões individuais dos estudantes;
- IV – conscientizar os estudantes acerca de suas responsabilidades individual, social e institucional.

A Educação Integral enfatiza o desenvolvimento acadêmico e social dos alunos, através das propostas e inovações aplicadas, no sentido de moldar indivíduos como protagonistas, agentes de transformação social e membros produtivos capazes de contribuir para uma sociedade. Apresenta um currículo que alinha com as diretrizes da Base Nacional Comum Curricular, com uma formação profissional para os estudantes, apresentando métodos didáticos e administrativos. Essa abordagem tem como foco central o estudante, o Protagonismo Juvenil, para a formação de cidadãos que podem fazer contribuições significativas para a sociedade, com base em sua autonomia, diversas habilidades e ações solidárias.

Uma característica comum entre as Escolas Cidadãs Integrais do Estado da Paraíba e a Lei do Novo Ensino Médio é o foco na promoção de uma

educação mais abrangente, flexível e alinhada às necessidades dos estudantes. Ambas têm como objetivo principal a melhoria da qualidade da educação no nível do ensino médio.

Portanto, o Novo Ensino Médio no Brasil refere-se às mudanças inovadoras pela Lei 13.415/2017 (Brasil, 2017), conhecida como a “Lei do Novo Ensino Médio”, que promoveu uma reforma significativa na estrutura e no currículo do ensino médio do país. Essas mudanças visam tornar o ensino médio mais flexível, personalizado e alinhado às necessidades dos estudantes e do mercado de trabalho.

As principais mudanças trazidas pela Lei do Novo Ensino Médio incluem:

1. Flexibilização do currículo: A Lei do Novo Ensino Médio permitiu uma maior flexibilidade no currículo escolar. Agora, parte do currículo é composta por uma Base Nacional Comum Curricular, que define as competências e habilidades que todos os estudantes devem desenvolver, enquanto o restante é flexível, permitindo que os estudantes escolham áreas de conhecimento específicas de acordo com seus interesses e objetivos.

2. Itinerários formativos: Os estudantes passaram a ter a oportunidade de escolher itinerários formativos, que são conjuntos de disciplinas que se concentram em áreas específicas, como Linguagens, Matemática, Ciências Humanas, Ciências da Natureza e Formação Técnica e Profissional. Isso permite que os estudantes personalizem parte de sua formação de acordo com seus interesses e aspirações.

3. Ampliação da carga horária: prevê a ampliação gradual da carga horária das escolas, passando de 800 horas anuais para 1.000 horas anuais.

4. Ensino Técnico Integrado: A lei incentiva a integração entre o ensino médio e o ensino técnico profissionalizante, possibilitando que os estudantes tenham uma formação que os prepare tanto para o mercado de trabalho quanto para a continuidade dos estudos superiores.

5. Avaliação: A lei prevê avaliações periódicas para acompanhar o desempenho dos estudantes e o cumprimento das metas educacionais estabelecidas.

É importante ressaltar que a implantação da Lei 13.415/2017 foi gradual e variou de acordo com as redes de ensino e as escolas do país. A lei gerou debates e discussões sobre seu impacto e a forma como foi implantada, mas

seu principal objetivo foi modernizar o ensino médio brasileiro para torná-lo mais relevante e flexível às necessidades dos estudantes e do mercado de trabalho.

Esta iniciativa faz parte do Projeto de Lei nº 1.351/2021, que propõe alterações nos artigos 10, VI e Art. 11, V da Lei 9.394/1996, também conhecida como Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Além disso, o projeto define atribuições e responsabilidades para os sistemas de ensino no que diz respeito à garantia da oferta do ensino obrigatório na Educação Básica da Rede Pública.

Nesse sentido, as Escolas Cidadãs Integrais são caracterizadas por sua infraestrutura moderna e espaços destinados a atividades pedagógicas, lazer e convivência. Seu currículo é fundamentado na Base Nacional Comum Curricular (BNCC), incluindo uma parte diversificada que engloba disciplinas eletivas, projetos interdisciplinares e atividades extracurriculares.

Os professores recebem formação específica para atuar em escolas de tempo integral, e a gestão é pautada pela democracia, envolvendo a participação de estudantes, professores, pais e a comunidade. Além disso, as escolas contam com uma equipe de apoio composta por profissionais especializados, como psicólogos, psicopedagogos, assistentes sociais e orientadores educacionais.

4 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

O processo metodológico compreende uma sequência de etapas empregadas ao longo da condução da pesquisa, abandonando um conjunto de ações destinadas a garantir a coesão e a integridade do estudo. Como Gil (2008, p.11) aponta, a ciência tem como objetivo estabelecer a precisão dos acontecimentos, o que torna o procedimento metodológico a expressão de um "conjunto de abordagens intelectuais e técnicas aplicadas para alcançar a compreensão".

A busca pela resposta envolve um enredo de observações, que implica na comparação dos dados encontrados com a teoria aplicada. No contexto presente, a condução dessa investigação foi do tipo pesquisa descritiva e exploratória. Gil (2008, p. 42) explica que:

As pesquisas descritivas têm como objetivo básico descrever as características de populações e de fenômenos. Nos levantamentos, contudo, a preocupação do pesquisador é a de descrever com precisão essas características, utilizando instrumentos padronizados de coleta de dados, tais como questionários e formulários, que conduzem a resultados de natureza quantitativa.

Uma pesquisa exploratória é conduzida quando o pesquisador busca examinar um assunto ou dilema carente de informações substanciais, visando obter uma compreensão preliminar, destacar questões essenciais e criar hipóteses ou percepções para estudos subsequentes. A seleção dos métodos é crucial para garantir a relevância da pesquisa.

O universo da pesquisa está representado pelas Escolas Cidadãs Integrais que contempla um novo modelo de ensino, implantado pelo Governo do estado da Paraíba que direciona a comunidade estudantil ao mercado de trabalho, e ao universo acadêmico. O programa abrange 223 municípios, cada um deles abriga uma ou mais Escolas Cidadãs Integrais.

Em relação a coleta de dados essa pesquisa utilizou pesquisas nos portais de informações da Secretaria de Educação da Paraíba, como também a partir de informações solicitadas via e-mail para os setores responsáveis. Para identificar a quantidade e os servidores na rede de ensino, observou o Portal de Transparência do Governo do Estado: Sistema de Acompanhamento da Gestão dos Recursos da Sociedade (SAGRES). Para localizar as escolas

estaduais que oferecem ensino em tempo integral, recorremos ao portal do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP). O portal da Secretaria de Estado de Educação da Paraíba foi consultado para identificar o setor responsável pela supervisão do Programa de Escola Cidadã Integral, bem como suas Gerências Regionais, no intuito de fornecer informações sobre as localidades e unidades que fazem parte da rede estadual de ensino.

Foi utilizada ainda a coleta com *clipping* de informações apresentadas pelo SAGRES (<https://tce.pb.gov.br/sagres-online>) para identificar os dados quantitativos de servidores efetivos, que ingressaram no serviço público estadual no cargo de Bibliotecário. O mesmo modelo foi utilizado no portal do INEP (<http://portal.inep.gov.br>) para a quantidade de escolas que integram o modelo de ensino integral, sob responsabilidade do Governo do estado da Paraíba.

Foram enviados e-mails a Secretaria de Estado de Educação conforme Apêndice 1 e 2, como também foi necessário solicitar informações no modo presencial e por telefone que visaram confirmar os dados obtidos por meio do portal do Tribunal de Contas do Estado devido possíveis atualizações locais sem que estivessem no portal da Secretaria. Essa forma de constatação foi necessária para verificar a presença efetiva dos profissionais Bibliotecários na Secretaria de Educação, como também entender o papel desempenhado pela Gerência Regional de Ensino, e esclarecer a atuação da Comissão Executiva de Educação Integral (CEEI).

A análise está fundamentada na abordagem qualitativa e quantitativa. Segundo Gil (2008, p.144), a pesquisa quantitativa é aquela que emprega técnicas de coleta de dados numéricos para a sua análise. Portanto, os dados coletados da pesquisa sobre o número de escolas da Paraíba, apresentados em forma numérica, descrevendo: o total do número de escolas, o número de bibliotecários, e a quantidade de cidades. É importante salientar que a lei esclarece a importância do profissional bibliotecário nas bibliotecas escolares, a partir desta visualização foi possível perceber se a Secretaria de Educação do Estado da Paraíba seguia a legislação em que implica a presença deste profissional nas unidades de ensino.

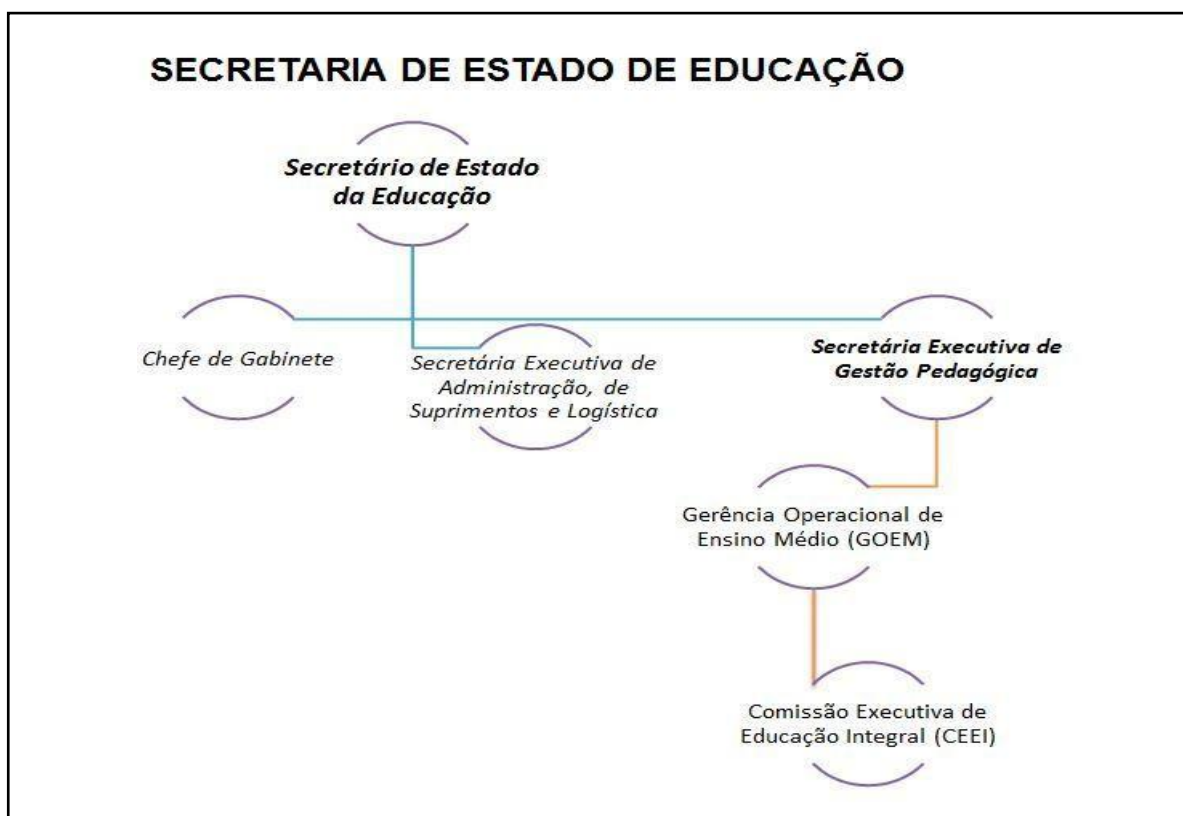
De acordo com Gil (2008, p.150), a abordagem qualitativa é uma estratégia de pesquisa que busca compreender fenômenos sociais e humanos a partir de uma perspectiva descritiva e interpretativa. Essa abordagem se baseia em métodos que envolvem a coleta de dados qualitativos, como observações, entrevistas, análise de documentos e relatos pessoais. Para compreender os diversos intervenientes nas escolas, com ênfase nos bibliotecários, foram realizadas solicitações de informações através de e-mails, chamadas telefônicas e redes sociais, como o Instagram. Essas abordagens foram direcionadas aos setores pertinentes. A análise abrange uma compreensão mais apurada da situação, permitindo uma avaliação concisa das respostas obtidas, além de possibilitar comparações com dados provenientes de outras fontes.

5 BIBLIOTECAS E BIBLIOTECÁRIOS DAS ESCOLAS CIDADÃS INTEGRAIS DO ESTADO DA PARAÍBA

A Secretaria de Educação do estado da Paraíba opera por meio de suas regionais em todos os 223 municípios existentes no referido estado e é responsável por promover a gestão democrática do ensino, orientando as ações relacionadas ao planejamento, implantação e avaliação das políticas e planos de educação estaduais. Isso é feito com a garantia da participação efetiva de todos os setores da educação, representantes da comunidade, organizações envolvidas na área educacional e órgãos que fazem parte desse sistema educacional.

Considerando a estrutura hierárquica da Secretaria de Estado de Educação, as Escolas Integrais estão subordinadas a supervisão da Comissão Executiva de Educação Integral (CEEI), que, por sua vez, está subordinada à Gerência Operacional de Ensino Médio (GOEM), a qual está sob a autoridade da Secretaria Executiva de Gestão Pedagógica (Paraíba, 2021).

Figura 1 - Organograma simplificado da Secretaria de Estado de Educação

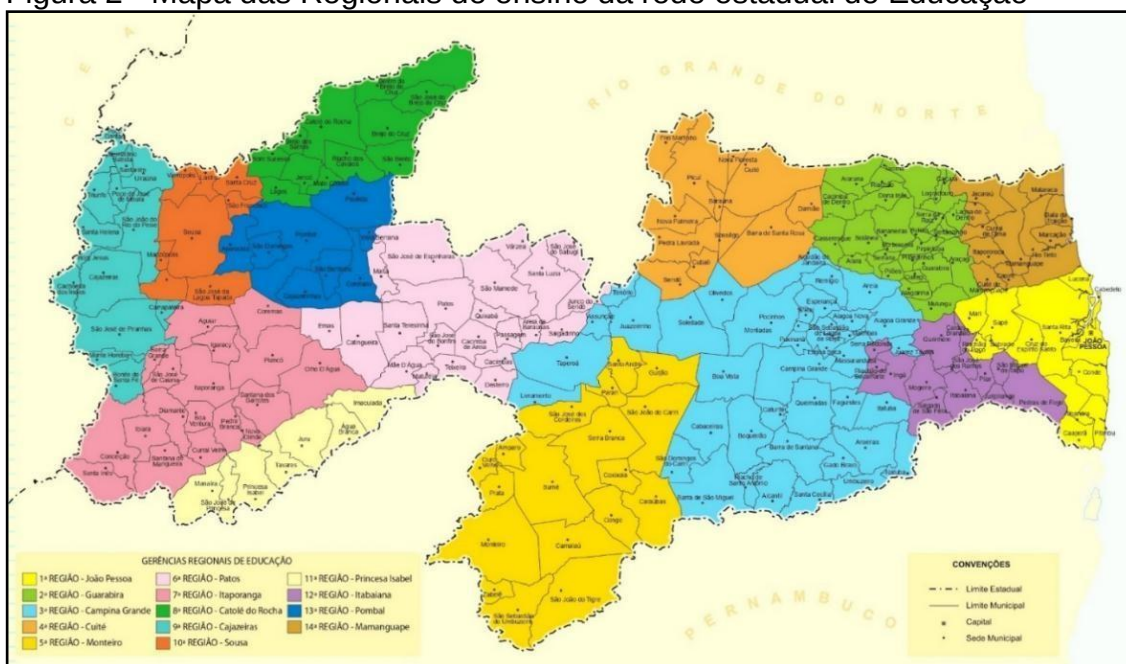


Fonte: Clipping Organograma da Secretaria de estado de Educação

A Comissão Executiva de Educação Integral é constituída por uma equipe que engloba um Coordenador Geral, um secretariado, um Especialista Pedagógico, um Especialista em Gestão, um Especialista em Infraestrutura e uma equipe de apoio técnico. A principal responsabilidade da comissão é: criar, planejar e executar ações inovadoras para melhorar a oferta e qualidade do currículo e da gestão escolar no ensino médio em tempo integral. Isso inclui garantir a formulação e implantação de políticas públicas educacionais (ECIPB, 2021).

Na Paraíba, as escolas estão subdivididas em regionais de ensino, num total de catorze regionais. Cada regional é supervisionada por um Gerente Regional, que, por sua vez, está vinculado a um Coordenador Regional encarregado das Escolas Cidadãs.

Figura 2 - Mapa das Regionais de ensino da rede estadual de Educação



Fonte: ECIPB (2021). Disponível em: <https://sites.google.com/view/ecipb/ensino>

Na Paraíba, há um total de 635 escolas estaduais registradas, de acordo com o portal do INEP (2021). Dentre essas, 302 operam no modelo de ensino integral, representando aproximadamente 47% do conjunto. Desse modo, as Escolas Cidadãs Integrais (ECI) estão distribuídas em todo o estado, totalizando 150 unidades, e as Escolas Cidadãs Integrais Técnicas somam 152 escolas.

Ao analisarmos o contingente de estudantes inscritos na rede estadual de ensino, verificamos no site do INEP (2023) que o censo escolar apresenta os dados quantitativos referentes à Paraíba. O registro total indica que há 54.585 alunos matriculados no sistema de ensino integral, incluindo 1.791 alunos especiais.

Dentre as 635 Escolas Cidadãs Integrais, o conjunto totaliza 56.376 alunos matriculados na rede estadual de ensino. A média de alunos por unidade escolar é de 187 estudantes por instituição de ensino. Essas informações destacam a importância da inclusão de alunos especiais e fornecem uma visão abrangente do panorama educacional no estado.

5.1. Gerência Regional de Ensino (GRE)

As Gerências Regionais de Ensino são órgãos da estrutura governamental ligados à Secretaria de Educação Estadual que têm a responsabilidade de coordenar, supervisionar e apoiar as escolas da região em sua área de atuação.

Cada Gerência Regional de Ensino abrange um conjunto de municípios e escolas localizadas nessa região geográfica específica.

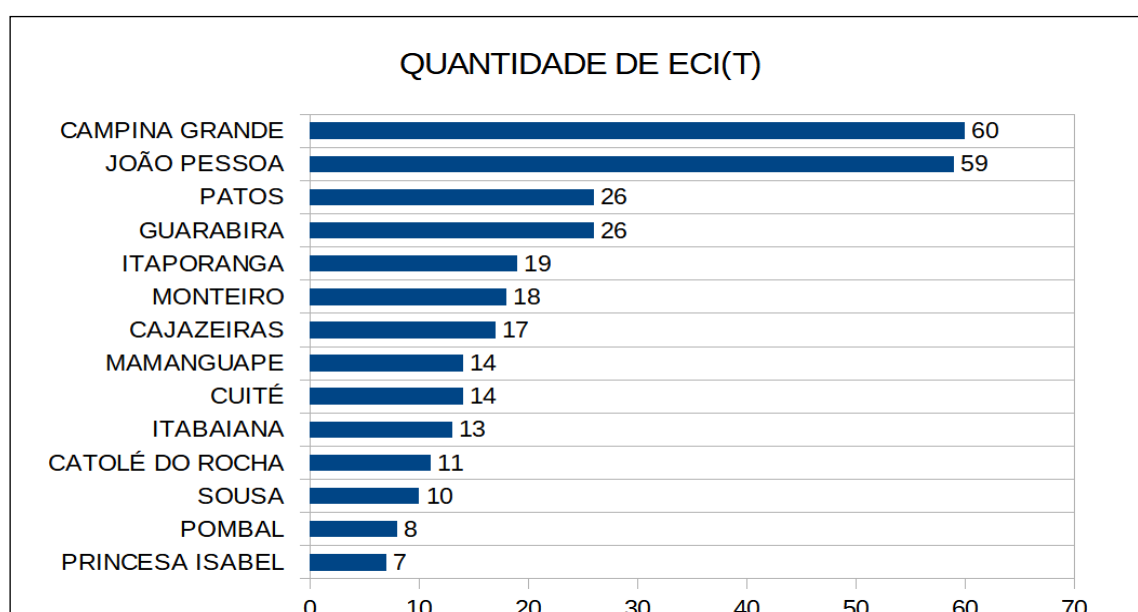
Quadro 1 - Regionais de ensino (polos) e quantidade de ECI e ECIT

GRE	POLO	MUNICIPIOS (QTDE)	ECIT (QTDE)	ECI (QTDE)	TOTAL ECI(T)
1º	JOÃO PESSOA	14	41	18	59
2º	GUARABIRA	24	09	17	26
3º	CAMPINA GRANDE	41	29	31	60
4º	CUITÉ	12	07	07	14
5º	MONTEIRO	18	09	09	18
6º	PATOS	22	12	14	26
7º	ITAPORANGA	18	08	11	19
8º	CATOLÉ DO ROCHA	11	05	06	11
9º	CAJAZEIRAS	15	08	09	17
10º	SOUSA	09	04	06	10
11º	PRINCESA ISABEL	07	03	04	07
12º	ITABAIANA	13	07	06	13
13º	POMBAL	08	04	04	08
14º	MAMANGUAPE	12	06	08	14
		223	152	150	302

Fonte: Clipping do site INEP

Observa-se que todas as cidades do Estado da Paraíba, apresenta no mínimo uma escola Cidadã Integral (anexo I). Os dois polos onde concentra o maior número de escolas cidadã, trata-se da 1ª GRE - João Pessoa e a 3ª GRE – Campina Grande, que engloba um terço no total as escolas. O que equivale a 30% do total de escolas cidadã atuantes no Estado. Verifica uma grande concentração nestes dois polos de ensino, cabendo as demais regionais, uma redistribuição mais ínfima.

Gráfico 1 - Quantidade de ECI(T) por Regional

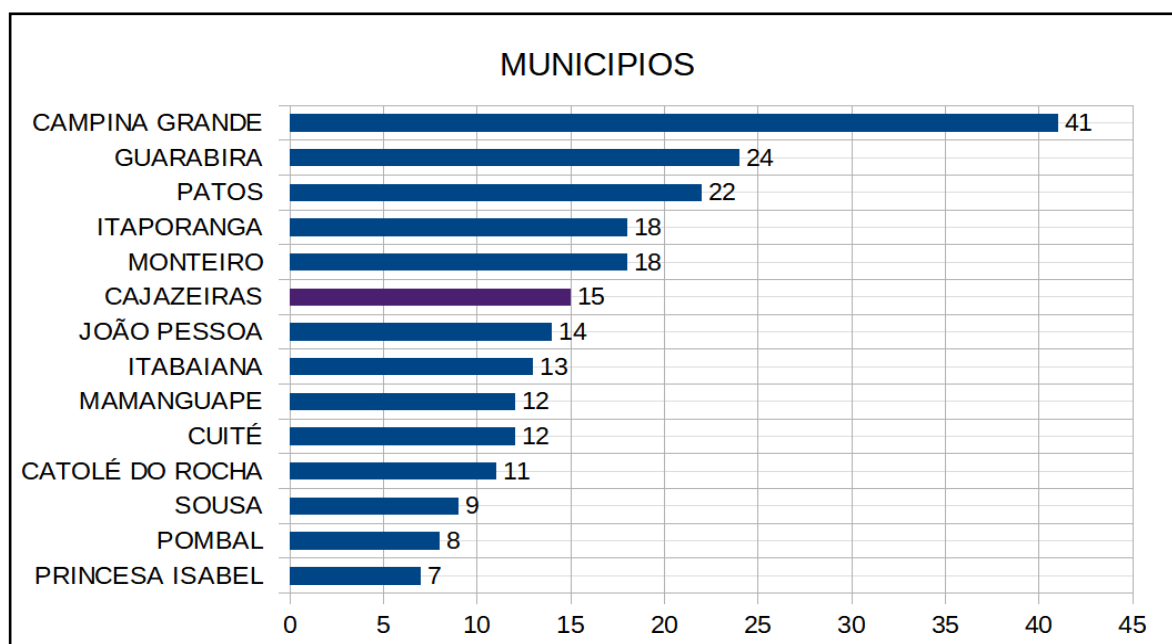


Fonte: Dados da pesquisa (2023)

Ao analisar a distribuição das escolas, observa-se uma concentração significativa nos polos de João Pessoa e Campina Grande, que abrigam 40% do total de 119 escolas. Essa predominância é mais expressiva em comparação com os demais polos, onde a quantidade de escolas varia proporcionalmente à população de cada cidade.

Destaca-se que a 3ª regional, abrangendo o maior número de cidades, um total de quarenta e um e o maior número de escolas em um total de sessenta, revela uma disparidade em relação às demais regionais. Isso sugere que não há uma distribuição proporcional nas escolas entre as diferentes regiões, indicando uma concentração mais acentuada em determinadas áreas geográficas.

Gráfico 2 - Quantidade de municípios / Regional



Fonte: Dados da pesquisa, 2023.

Ao analisarmos a distribuição de escolas por polos e por cidades, percebe-se a que não há proporção no quantitativo de escolas cidades. Percebemos que os dados apontam o polo de Campina Grande em primeiro lugar, em quantidade de escolas e quantidade de cidades; Observa-se que não acontece com os demais polos.

5.2. Bibliotecário na Secretaria de Estado da Paraíba

É intrigante observar que, no campo da educação, frequentemente se omite a inclusão de bibliotecários em sua equipe, mesmo que se trate de um setor de importância fundamental para o pleno funcionamento das escolas. Essas constatações foram obtidas por meio da pesquisa realizada no portal do Tribunal de Contas do Estado - SAGRES, que analisou o número de profissionais que ingressaram na função de bibliotecários, tanto na Secretaria de Educação, quanto nas demais secretarias da Administração Direta.

Ao pesquisar no site do Tribunal de Contas do Estado, foram identificados no cargo de bibliotecário a quantidade de:

Quadro 2 - Servidores efetivos no cargo de Bibliotecário, do Estado da Paraíba

CARGO	EFETIVO	SECRETARIA	QTDADE	NOME DO SERVIDOR	DATA DE ADMISSÃO
BIBLIOTECARIO	EFET. E COMIS.	SEC. EST. ADMINISTRACAO	1		01/06/1982
BIBLIOTECARIO	EFETIVO ATIVO	SEC. EST. EDUC. CIEN. TECNOLOGIA	1		29/04/1986
BIBLIOTECARIO	EFETIVO ATIVO	SEC. EST. SAUDE	1		03/01/1997
BIBLIOTECARIO	EFETIVO ATIVO	SEC. EST. GOVERNO	1		29/04/1986
BIBLIOTECARIO	EFETIVO ATIVO	SEC. EST. ADMINISTRACAO	1		31/10/1987
			2		12/09/1980
			3		01/06/1982
BIBLIOTECARIO	EFETIVO ATIVO	SEC. EST. ADM. PENITENCIARIA	1		18/06/1980
BIBLIOTECARIO	EFETIVO ATIVO	SEC. EST. TUR E DESENV ECONOMICO	1		22/06/1981

Fonte: Clipping do site <https://sagres.tce.pb.gov.br/>

É possível observar que, no âmbito do Governo do Estado da Paraíba, existem nove (09) bibliotecários distribuídos pelas diversas secretarias diretas. Entretanto, chama a atenção o fato de haver apenas um (01) bibliotecário na Secretaria de Estado da Educação. Uma análise da data de admissão desse servidor revela que ele ingressou no serviço público em 1986. Isso levanta questionamentos sobre se a Secretaria de Educação atribuiu a devida importância à presença de profissionais bibliotecários e às contribuições que esses especialistas poderiam ter oferecido à instituição ao longo desses anos.

Além disso, a falta de iniciativas para buscar ativamente profissionais qualificados nessa área reforça a impressão de negligência nesse aspecto específico. A presença limitada de bibliotecários em uma instituição educacional de grande porte como a Secretaria de Educação pode resultar em subutilização de recursos e serviços bibliotecários, prejudicando a qualidade do suporte educacional oferecido. Portanto, a importância de reconhecer e valorizar a contribuição dos bibliotecários no contexto educacional não pode ser subestimada.

Para gerenciar e supervisionar as unidades de ensino, a secretaria de Educação do Estado da Paraíba compõe de 14 regionais de ensino, distribuídos dentre as cidades polos. A avaliação de escolas pertinentes foi por valor total, sendo contemplado as 223 cidades do estado paraibano. O levantamento no número de unidades escolares deu-se por número de escolas por Regional de ensino, e por número de cidades que compõe cada polo. Ao observar os dados coletados, observa que dentre as 603 escolas

supervisionadas pelo governo de estado da Paraíba, o percentual aplicado para a estrutura de escola 47% do total, o que equivale a 302 unidades.

5.3. Bibliotecário na Secretaria de Educação e Cultura na Paraíba

Na estrutura da Secretaria de Estado da Educação, consta a presença de apenas um bibliotecário, que ingressou no serviço público em 1986. No entanto, desde então, a Secretaria não demonstrou interesse em contratar bibliotecários para desempenhar suas funções nas bibliotecas escolares. Uma análise da função desse servidor revelou que ele não está exercendo suas responsabilidades nem mesmo na própria Secretaria. Em vez disso, foi cedido ao Tribunal de Contas do Estado (TCE- PB), conforme publicação no Diário Oficial do Estado da Paraíba, em de 10 de janeiro de 2023. Esse fato reforça a hipótese de que a Secretaria de Estado da Educação não possui bibliotecários em seu quadro de funcionários, nem nas escolas supervisionadas pelo Governo Estadual.

Consequentemente, isso corrobora a suposição de que a Secretaria de Estado da Educação carece de profissionais bibliotecários, o que deixa uma lacuna na instituição em relação aos serviços desse profissional, em desacordo com a legislação que estabelece a importância das bibliotecas nas escolas.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A proposta desta pesquisa foi mapear as bibliotecas escolares, nas Escolas Cidadãs Integrais, na Paraíba, visto que a biblioteca compõe parte integrante na estrutura, por se tornar um requisito essencial tanto em termos estruturais quanto educacionais. Para a busca de respostas norteou-se por analisar em fontes documentais oficiais, que corrobore os dados quanto a existência de bibliotecas e de profissional bibliotecário. Consideramos importante o conjunto de leis que regem os aspectos para a implementação da biblioteca escolar, como também a obrigatoriedade do profissional bibliotecário nas unidades de ensino, sobretudo a partir da Lei nº 4.084/1962, que regulamenta o exercício do bibliotecário e a Lei nº 12.244/2010, que institui a Universalização das bibliotecas escolares.

A implantação do programa das escolas integrais no Estado da Paraíba, como o modelo do “Novo de Ensino Médio” amplamente divulgado pelo governo federal, e as Diretrizes operacionais de Educação e Ensino aplicados anualmente são partes integrantes e fundamentais do processo de construção da biblioteca escolar e sua função.

No que concerne ao Estado da Paraíba em relação à formação de uma equipe para promover e atuar nesse processo de implantação do Escola Cidadã, foi observado que a equipe de trabalho que compõe a organização pedagógica não inclui o profissional bibliotecário. Isso cria uma lacuna significativa, uma vez que, embora haja espaço físico dedicado à biblioteca, a ausência de um bibliotecário competente compromete a eficácia desse recurso. Acreditamos que na sala de aula, o professor desempenha o papel principal e, na biblioteca, o bibliotecário, é o responsável por desenvolver as ações específicas e compatíveis com o processo educacional.

O número de bibliotecários foi insignificante das necessidades e expectativas, no Estado da Paraíba. Mais alarmante é a visualização da quantidade de profissional bibliotecário na Secretaria de Estado de Educação, constando uma única servidora, sendo esta não atuar junto na secretaria de origem, está cedida ao Tribunal de Contas do Estado. O que comprova a falta de iniciativa da própria secretaria na perspectiva de contratação de

bibliotecário, para atuar junto a Secretaria de Educação e nas bibliotecas escolares.

Assim é possível realizar algumas sugestões como: a supervisão por meio dos Órgãos Reguladores, da população e dos profissionais bibliotecários para interceder junto a Secretaria de Estado de Educação, para a realização de concurso ou contratação de profissional qualificado, para sanar a falta de profissionais; Divulgação com palestras e apresentação de material para conhecimento da comunidade escolar sobre o papel e a importância do Bibliotecário, nas escolas públicas,

REFERÊNCIAS

ALCÂNTARA, A. A. R. **Biblioteca escolar: um espaço de aprendizagem**. 2013. 177 p. Dissertação (Mestrado Profissional em Gestão e Avaliação da Educação Pública) - Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2013.

BRASIL. Decreto nº 11.556, de 12 de junho de 2023. **Institui o Compromisso Nacional Criança Alfabetizada**. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 13 jun. 2023. Seção 1, p. 3.

BRASIL. Decreto nº 56.725, de 19 de agosto de 1965. **Regulamento da Lei nº 4.084, de 30 de junho de 1962, que dispõe sobre a obrigatoriedade de implantação de bibliotecas nas escolas públicas de educação básica e dá outras providências**. Diário Oficial da Paraíba, Brasília, DF, 26 dez. 1965. Seção 1, p. 8366.

BRASIL. Decreto nº 9.765, de 11 de abril de 2019. **Institui a Política Nacional de Alfabetização**. - Diário Oficial da União - Seção 1 - Edição Extra - A - 11/4/2019, p. 15.

BRASIL. Lei nº 12.244, de 24 de maio de 2010. **Dispõe sobre a universalização das bibliotecas nas instituições de ensino do país**. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 25 maio 2010. Seção 1, p. 3.

BRASIL. Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014. **Aprova o Plano Nacional de Educação - PNE e dá outras providências**. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 26 jun. 2014. Seção 1, p. 1.

BRASIL. Lei nº 13.415, de 16 de fevereiro de 2017. **Institui a Política de Fomento à Implementação de Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral**. Diário Oficial da União - Seção 1, p. 1.

BRASIL. Lei nº 4.084, de 2 de julho de 1962. **Dispõe sobre a obrigatoriedade de implantação de bibliotecas nas escolas públicas de educação básica e dá outras providências**. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 3 de julho de 1962. Seção 1, p. 7.149.

BRASIL. Lei nº 5.692, de 11 de agosto de 1971. **Fixa diretrizes e bases da educação nacional**. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 12 de agosto de 1997. Seção 1, p. 6377.

BRASIL. Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990. **Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências**. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 16 de julho de 1990. Seção 1, p. 13563.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. **Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional**. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 23 de dezembro de 1996. Seção 1, p. 27833.

BRASIL. Ministério da Educação. **Secretaria de Alfabetização. PNA - Política Nacional de Alfabetização/Secretaria de Alfabetização**. Brasília: MEC, SEALF, 2019. 54 p. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/images/banners/caderno_pna_final.pdf. Acesso em: 28/08/2023.

CAMPELLO, B. A função educativa da biblioteca escolar no Brasil: perspectivas para seu aperfeiçoamento. **ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO**, [S. l.], v.5, 2003. Disponível em: <https://brapci.inf.br/index.php/res/download/173201>. Acesso em: 12/09/2023.

CONSELHO FEDERAL DE BIBLIOTECONOMIA. Resolução CFB N. 199/2018. **Dispõe sobre os parâmetros a serem adotados para a estruturação e o funcionamento das Bibliotecas Escolares**. Brasília, DF: CRB, 2018. Disponível em: https://site.mppr.mp.br/sites/hotsites/arquivos_restritos/files/migrados/File/legis/cfb/re_solucao_cfb_199_2018_parametros_para_a_biblioteca_escolar.pdf. Acesso em: 28/08/2023.

FONSECA, E. N. **Introdução a Biblioteconomia**. São Paulo: editora: Pioneira, 1992.

GIL, A. C. **Metodologia Científica**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA (INEP). **Resumo Técnico do estado da Paraíba: Censo Escolar da Educação Básica 2021**. Brasília, DF: Inep, 2022. Disponível em: https://download.inep.gov.br/publicacoes/institucionais/estatisticas_e_indicadores/2021/resumo_tecnico_do_estado_da_paraiba_censo_escolar_da_educacao_basica_2021.pdf. Acesso em: 28/08/2023.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA (INEP). **Censo Escolar da Educação 2023**. Brasília, DF: Inep, 2023. Disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/areas-de-atuacao/pesquisas-estatisticas-e-indicadores/censo-escolar/resultados>. Acesso em: 24/11/2023.

MOTTA, D. **Biblioteca escolar: orientações básicas para organização e funcionamento**. Revista do Professor, Porto Alegre, v. 15, n. 58, p. 21-24, abr./jun. 1999.

PARAÍBA. Decreto nº 36.408, de 29 de dezembro de 2015. **Dispõe sobre a concessão de incentivo fiscal para a implantação e o funcionamento de bibliotecas públicas escolares no Estado da Paraíba e dá outras providências.** Diário Oficial do Estado da Paraíba, João Pessoa, PB, 30 dez. 2015. Seção 1, p. 1.

PARAÍBA. Decreto nº 36.409, de 29 de dezembro de 2015. **Dispõe sobre a implantação do Programa de Educação Integral no Estado da Paraíba e dá outras providências.** Diário Oficial do Estado da Paraíba, João Pessoa, PB, 30 dez. 2015. Seção 1, p. 1.

SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO DA PARAÍBA. **Escola Cidadã Integral da Paraíba. Secretaria de Estado da Educação da Paraíba**, 2021. Disponível em: <<https://pbeduca.see.pb.gov.br/eci>>. Acesso em: 08 de agosto de 2023.

SILVA, W. C. da. **Miséria da biblioteca escolar.** São Paulo: Cortez, 1995.

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DA PARAÍBA. **Sagres Online.** Disponível em: <https://tce.pb.gov.br/sagres-online> . Acesso em: 08 de agosto de 2023.

APÊNDICE A

Caros Gerentes Regionais de Ensino do Estado da Paraíba

Olá!

Meu nome é Jadylna Cléia G. de Andrade, sou estudante da Universidade Federal da Paraíba, cursando Biblioteconomia. Atualmente estou finalizando o curso e elaborando meu Trabalho de Conclusão de Curso, sob o tema: "Onde estão os bibliotecários? Um mapeamento do profissional bibliotecário nas Escola Cidades Integrais do Estado da Paraíba.

Este projeto tem a intenção de levantar o número de profissionais bibliotecários atuantes nas unidades de ensino supervisionados pela Secretaria de Estado da Educação, principalmente em relevância as Escolas Integrais. A idéia surgiu a partir da observação da Lei nº 12.244/2010, que dispõe sobre a "UNIVERSALIZAÇÃO DAS BIBLIOTECAS NAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO DO PAÍS", onde institui em seu parágrafo 1º "As instituições de ensino públicas e privadas de todos os sistemas de ensino do País contarão com bibliotecas, nos termos desta Lei."

Pensando nisso, venho solicitar da referida Gerência Regional, a possibilidade de responder a alguns questionamentos, para sanar as dúvidas:

1 - Nome do gestor responsável pela(s) Escola(s) Cidadã(s) Integral(ais) e se possível o contato do coordenador responsável;

2 - Se as Escolas apresentam biblioteca, e qual o responsável (se bibliotecário, Professor readaptado ou Prestador de serviço)

A importância deste trabalho será a visualização da atuação profissional do Bibliotecário dentro das unidades de ensino estaduais, como apresentar a realidade das mesmas no cenário educacional.

Agradeço antecipadamente,

Jadylna C. G. Andrade



Documento assinado digitalmente
JADYLMA CLEIA GOMES DE ANDRADE
Data: 18/05/2023 16:26:39-0300
Verifique em <https://validar.j5.gov.br>

APÊNDICE B

Ilmo. Sr.
Luismar Nascimento
Gerente de Recurso Humanos
Secretaria de Educação do Estado da Paraíba

Caro Sr. Luismar,

Meu nome é Jadylna Cléia G. de Andrade, sou estudante da Universidade Federal da Paraíba, cursando Biblioteconomia. Atualmente estou finalizado o curso e elaborando meu Trabalho de Conclusão de Curso, sob o tema: "Onde estão os bibliotecários? Um mapeamento do profissional bibliotecário nas Escola Cidadãs Integrais do Estado da Paraíba.

Este projeto tem a intenção de levantar o número de profissionais bibliotecários atuantes nas unidades de ensino supervisionados pela Secretaria de Estado da Educação, principalmente em relevância as Escolas integrais. A ideia surgiu a partir da observação da Lei nº 12.244/2010, que dispõe sobre a "UNIVERSALIZAÇÃO DAS BIBLIOTECAS NAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO DO PAÍS", onde institui em seu parágrafo 1º "As instituições de ensino públicas e privadas de todos os sistemas de ensino do País contarão com bibliotecas, nos termos desta Lei."

Pensando nisso, venho solicitar da referida Secretaria, informações sobre:

1-Quantitativo das escolas estaduais:

1.1 Se possível, por Regional

2-Quantitativo de Escola Cidadã Integral

2.1-Se possível, por Regional

3-Quantitativo de servidores na função Bibliotecário na Secretaria de Educação

3.1-Quantos atuantes nas unidades de ensino;

3.2-Quais unidades de ensino.

A importância deste trabalho será a visualização da atuação profissional do Bibliotecário dentro das unidades de ensino estaduais, como apresentar a realidade das mesmas no cenário educacional.

Agradeço antecipadamente,
Jadylna C. G. Andrade.

 Documento assinado digitalmente
JADYLMA CLEIA GOMES DE ANDRADE
Data: 18/05/2023 15:49:37-0300
Verifique em <https://validar.j5.gov.br>

ANEXO 1 - TABELA DE ESCOLAS CIDADÃS INTEGRAIS ESTADUAIS

Nome da Escola	GRE	MUNICIPIO
ECI Almirante Saldanha	1	João Pessoa
ECI Ene Cassiano Ribeiro Coutinho	1	Sapé
ECI Heliton Santana	1	Santa Rita
ECI Imaculada Conceição	1	Cabedelo
ECI Irineu Pinto	1	Bayeux
ECI João Caetano	1	Bayeux
ECI Liceu Paraibano	1	João Pessoa
ECI Lílíosa Paiva Leite	1	João Pessoa
ECI Luis Ramalho	1	João Pessoa
ECI Luzia Simões Bartollini	1	João Pessoa
ECI Maria de Lourdes Araujo	1	Santa Rita
ECI Milton Campos	1	João Pessoa
ECI Padre Ibiapina	1	João Pessoa
ECI Pedro Lins Vieira de Melo	1	João Pessoa
ECI Prof Celestin Malzac	1	João Pessoa
ECI Prof Paulo Freire	1	João Pessoa
ECI Severina Ramos de Oliveira	1	Sobrado
ECI Tenente Lucena	1	João Pessoa
ECIT Abreu e Lima	1	Cabedelo
ECIT Alice Carneiro	1	João Pessoa
ECIT Auricélia Maria da Costa	1	Caaporã
ECIT Cônego Francisco de Lima	1	João Pessoa
ECIT Daura Santiago Rangel	1	João Pessoa
ECIT Dep. Fernando Milanez	1	Cruz do Espírito Santo
ECIT Dom José Maria Pires	1	João Pessoa
ECIT Durval Guedes	1	Pitimbu
ECIT Enéas de Carvalho	1	Santa Rita
ECIT Erenice Cavalcante Fideles	1	Bayeux
ECIT Francisca Ascensão Cunha	1	João Pessoa
ECIT Horácio de Almeida	1	João Pessoa
ECIT Ilza de Almeida Ribeiro	1	Conde
ECIT Izaura Falcao de Carvalho	1	Lucena
ECIT João Roberto Borges	1	João Pessoa
ECIT José do Patrocínio	1	João Pessoa
ECIT José Guedes	1	Cabedelo
ECIT José Paulo de França	1	Mari
ECIT Linduarte Noronha	1	João Pessoa
ECIT Luis de Azevedo Soares	1	Santa Rita
ECIT Luiz Gonzaga de Albuquerque Burity	1	João Pessoa
ECIT Manoel Lisboa	1	João Pessoa
ECIT Maria do Carmo Miranda	1	João Pessoa
ECIT Maria Honorina Santiago	1	Santa Rita

ECIT Mestre Sivuca	1	João Pessoa
ECIT Monsenhor Odilon Pedrosa	1	Sapé
ECIT Nicodemos Neves	1	João Pessoa
ECIT Olivina Olívia	1	João Pessoa
ECIT Oswaldo Pessoa	1	João Pessoa
ECIT Padre Hildon Bandeira	1	João Pessoa
ECIT Papa Paulo VI	1	João Pessoa
ECIT Pastor João Pereira Gomes Filho (ECIT Mangabeira)	1	João Pessoa
ECIT Pedro Anísio Bezerra Dantas	1	João Pessoa
ECIT Pres. João Goulart	1	João Pessoa
ECIT Prof Pedro Augusto Porto Caminha(EEPAC)	1	João Pessoa
ECIT Prof. Antônio Gomes	1	Bayeux
ECIT Professor Olívio Pinto	1	João Pessoa
ECIT Professor Raul Córdula	1	João Pessoa
ECIT Raul Machado	1	João Pessoa
ECIT Renato Ribeiro Coutinho	1	Alhandra
ECIT Riachao do Poco	1	Riachão do Poço
ECI Antonieta C. de Menezes	2	Pilões
ECI Antônio Bento	2	Serraria
ECI Augusto de Almeida	2	Pirpirituba
ECI Dr. Tercilio Teixeira da Cruz	2	Tacima
ECI Francisco Pessoa de Brito	2	Araçagi
ECI Governador Clóvis Bezerra Cavalcanti	2	Dona Inês
ECI Humberto Lucena	2	Cacimba de Dentro
ECI João de Freitas Mouzinho	2	Sertãozinho
ECI José Soares de Carvalho	2	Guarabira
ECI Maria José Miranda Burity	2	Serra da Raiz
ECI Odilon Nelson Dantas	2	Cuitegi
ECI Pedro Ribeiro de Lima	2	Riachão
ECI Pref José Antônio Neves	2	LOGRADOURO
ECI Prof Maria Gertrudes de Carvalho Neves	2	Caiçara
ECI Professora Beatriz Maria de Abreu	2	Casserengue
ECI Sagrado Coração de Jesus	2	Duas Estradas
ECI Sívio Porto	2	Pilõezinhos
ECIT Agenor Clemente dos Santos	2	Alagoinha
ECIT Alfredo Pessoa Lima	2	Solânea
ECIT Benjamin Maranhão	2	Araruna
ECIT Dom Marcelo Pinto	2	Guarabira
ECIT Efigênio Leite	2	Borborema
ECIT Emiliano Cristo	2	Guarabira
ECIT José Rocha Sobrinho	2	Bananeiras

ECIT Major Antônio de Aquino	2	Mulungu
ECIT Márcia Guedes Alcoforado de Carvalho	2	Belém
ECI Alm Antônio Heraclito do Rego	3	Barra de Santana
ECI Ana Ferreira da Costa	3	Riacho de Santo Antônio
ECI Antônio Francisco Gomes	3	Santa Cecília
ECI Assis Chateaubriand	3	Campina Grande
ECI Audiocomunicação de Campina Grande - AC (EDAC)	3	Campina Grande
ECI Deputado Álvaro Gaudêncio de Queiroz	3	Campina Grande
ECI Deputado Carlos Pessoa Filho	3	Aroeiras
ECI Dr Hortênsio de Sousa Ribeiro (PREMEN)	3	Campina Grande
ECI Euclides Mouzinho Santos	3	Algodão de Jandaíra
ECI Félix Araújo - Campina Grande	3	Campina Grande
ECI Félix Araújo - Caturité	3	Caturité
ECI Francisco A Silva	3	Areial
ECI Irma Joaquina Sampaio	3	Campina Grande
ECI Itan Pereira	3	Campina Grande
ECI Joana Emilia da Silva	3	Fagundes
ECI João da Silva Monteiro	3	Gado Bravo
ECI João Rogério D Toledo	3	Assunção
ECI José Miguel Leao	3	Campina Grande
ECI José R de Ataíde	3	Itatuba
ECI Maria Elidia Rangel	3	Tenório
ECI Maria José de Souza	3	Montadas
ECI Maria Zeca Souza	3	Massaranduba
ECI Melquiades Tejo	3	Barra de São Miguel
ECI Mons José Borges	3	São Sebastião de Lagoa de Roça
ECI Mons José Paulino	3	Arara
ECI Monsenhor Sales	3	Campina Grande
ECI Monte Carmelo	3	Campina Grande
ECI Prof Maria José Costa de Albuquerque	3	Olivedos
ECI Solon de Lucena	3	Campina Grande
ECI Teodósio de Oliveira Ledo	3	Boa Vista
ECI Virginius da Gama e Melo	3	Campina Grande
ECIT Alcides Bezerra	3	Cabaceiras
ECIT Anésio Leão	3	Campina Grande
ECIT Antônio Galdino	3	Pocinhos
ECIT Bráulio Maia Júnior	3	Campina Grande
ECIT Dom Adauto	3	Serra Redonda
ECIT Dr Francisco de Albuquerque Montenegro	3	Natuba
ECIT Dr. Trajano Nóbrega	3	Soledade
ECIT Elpídeo de Almeida (PRATA)	3	Campina Grande

ECIT Francisca Martiniano da Rocha	3	Lagoa Seca
ECIT Francisco Deodato do Nascimento	3	São Domingos do Cariri
ECIT Francisco E. do Rego	3	Queimadas
ECIT Irmã Stefanie	3	Campina Grande
ECIT João Lelys	3	Livramento
ECIT José Braz do Rego	3	Boqueirão
ECIT José Bronzeado Sobrinho	3	REMÍGIO
ECIT Marechal de Almeida (DEP. Genival Matias)	3	Juazeirinho
ECIT Melquiades Vilar	3	Taperoá
ECIT Ministro José Américo de Almeida	3	Areia
ECIT Mons. José Coutinho	3	Esperança
ECIT Monsenhor José Borges de Carvalho	3	Alagoa Nova
ECIT Nenzinha Cunha Lima	3	Campina Grande
ECIT Oswaldo T. De Albuquerque Melo	3	Alagoa Grande
ECIT Plínio Lemos	3	Puxinanã
ECIT Poeta Mario Vieira da Silva	3	Matinhas
ECIT Prefeito Williams de Sousa Arruda	3	Campina Grande
ECIT Pres. João Pessoa	3	Umbuzeiro
ECIT Prof. Maria Cecília de Castro	3	Alcantil
ECIT Raul Córdula	3	Campina Grande
ECIT Severino Cabral	3	Campina Grande
ECI Antônio Coelho Dantas	4	Nova Palmeira
ECI Graciliano Fontini Lordão	4	Pedra Lavrada
ECI José Vitorino de Medeiros	4	Sossego
ECI Orlando Venâncio dos Santos	4	Cuité
ECI Pedro Henrique da Silva	4	Cuité
ECI Prefeito Aguitônio Dantas	4	Frei Martinho
ECI Prefeito Severino Pereira Gomes	4	Baraúna
ECIT Cicero dos Anjos	4	São Vicente do Seridó
ECIT Francisco Marques Mello	4	Damião
ECIT Iolanda Tereza Chaves Lima	4	Cubati
ECIT Jornalista José Itamar da Rocha Cândido	4	Cuité
ECIT José Luiz Neto	4	Barra de Santa Rosa
ECIT José Rolderick de Oliveira	4	Nova Floresta
ECIT Professor Lordão	4	Picuí
ECI Bartolomeu Maracajá	5	São José dos Cordeiros
ECI Cel Serveliano de Farias Castro	5	Caraúbas
ECI de Amparo	5	Amparo
ECI Jairo Aires Caluete	5	Parari
ECI Malaquias Batista Feitosa	5	São Sebastião do Umbuzeiro
ECI Manoel Honorato Sobrinho	5	Coxixola

ECI Mario Oliveira Chaves	5	São João do Tigre
ECI Nossa Sra das Graças	5	Ouro Velho
ECI Prof Maria Celeste do Nascimento	5	Zabelê
ECIT Dep Alvaro G Queiroz (Professor Neir Alves Porto)	5	Santo André
ECIT Francisco de Assis Gonzaga	5	Prata
ECIT José Gonçalves Queiroz	5	Sumé
ECIT José Leal Ramos	5	São João do Cariri
ECIT José Leite de Sousa	5	Monteiro
ECIT Juarez Maracajá	5	Gurjão
ECIT Manoel Alves Campos	5	Congo
ECIT Pedro Bezerra Filho	5	Camalaú
ECIT Serra Branca - Inácio Antonino	5	Serra Branca
ECI Aldo Satiro Xavier	6	Cacimba de Areia
ECI Antônio Moacir Dantas Cavalcanti	6	Maturéia
ECI Auzanir Lacerda	6	Patos
ECI Clovis Satiro	6	Areia de Baraúnas
ECI Coêlho Lisbôa	6	Santa Luzia
ECI Cônego Machado	6	Passagem
ECI Fenelon Nóbrega	6	Salgadinho
ECI Francisco Romano da Silveira	6	Mãe d'Água
ECI Gertrudes Leite	6	Desterro
ECI Herculano Pereira	6	Quixaba
ECI Maria de Lourdes Meira	6	São José do Bonfim
ECI Monsenhor Manoel Vieira	6	Patos
ECI Professor João Noberto	6	Santa Teresinha
ECI Profº Odilon de Figueiredo	6	Várzea
ECIT Dionísio da Costa	6	Patos
ECIT Dr Antônio F. Medeiros	6	Malta
ECIT Ezequiel Fernandes	6	Junco do Seridó
ECIT Inácio da Catingueira	6	Catingueira
ECIT José Américo de Almeida	6	São José de Espinharas
ECIT Lynaldo Cavalcanti de Albuquerque	6	Patos
ECIT Olavo Bilac	6	São José do Sabugi
ECIT Padre Jerônimo Lauwen	6	Santa Luzia
ECIT Pedro Terto da Cunha	6	Cacimbas
ECIT Profª Margarida Remigio Loureiro	6	Emas
ECIT Sebastião Guedes da Silva	6	Teixeira
ECIT Seráfico Nóbrega	6	São Mamede
ECI Agenor Mendes Pedrosa	7	Aguiar
ECI Coronel Zuza Lacerda	7	Curral Velho
ECI Dr Felizardo Leite	7	Santana dos Garrotes
ECI Enéas Leite	7	Santa Inês

ECI Francelino Alencar Neves	7	Itaporanga
ECI João Cavalcanti Sula	7	Boa Ventura
ECI João de S Primo	7	Pedra Branca
ECI Josélita Brasileiro	7	Igaracy
ECI Manoel Otaviano	7	Ibiara
ECI Otaviano L da Silva	7	São José de Caiana
ECI Prof Joséfa Justino Gomes	7	Serra Grande
ECIT Adilina de Souza	7	Diamante
ECIT Antônio Avelino de Almeida	7	Olho D'água
ECIT João Leite Neto	7	Nova Olinda
ECIT José Siqueira	7	Conceição
ECIT Mons. José Sinfrônio de Assis Filho	7	Itaporanga
ECIT Nobel Vita	7	Coremas
ECIT Presidente Kennedy	7	Santana de Mangueira
ECIT Santo Antônio	7	Piancó
ECI Francisco Maia	8	Jericó
ECI João Suassuna	8	Catolé do Rocha
ECI José Serafim de Lima	8	Mato Grosso
ECI Nossa Sra da Conceição	8	Belém do Brejo do Cruz
ECI Olívia Saraiva Maia	8	São José do Brejo do Cruz
ECI Profª Diva Guedes de Araujo	8	Brejo dos Santos
ECIT Daniel Carneiro	8	Riacho dos Cavalos
ECIT José Olímpio Maia	8	Brejo do Cruz
ECIT Obdúlia Dantas	8	Catolé do Rocha
ECIT Padre Aristides	8	Bom Sucesso
ECIT São Bento	8	São Bento
ECI Bonifacio Saraiva de Moura	9	Monte Horebe
ECI Elaine Soares Brasileiro	9	Santa Helena
ECI Joel Pereira da Silva	9	Carrapateira
ECI José Nilson Santiago	9	Poço Dantas
ECI Nelson Batista Alves	9	Bernardino Batista
ECI Prof Joaquim Umbelino	9	Bom Jesus
ECI Profº Adalberto de Sousa Oliveira	9	Cachoeira dos Índios
ECI Profº Crispim Coelho	9	Cajazeiras
ECI São José Operário	9	Joca Claudino
ECIT Bernardino José Batista	9	Triunfo
ECIT Cajazeiras - Nicéa Claudino Pinheiro	9	Cajazeiras
ECIT Coronel Jacob Guilherme Frantz	9	São João do Rio do Peixe
ECIT Cristiano Cartaxo	9	Cajazeiras
ECIT Dr José Duarte Filho	9	Uiraúna
ECIT Monsenhor Moraes	9	Bonito de Santa Fé
ECIT Prof Joaquim Lacerda Leite	9	São José de Piranhas

ECIT Prof. ^a Francisca Fonseca Matias	9	Poço José de Moura
ECI Antônio Gregorio de Lacerda	10	São José da Lagoa Tapada
ECI Dorgival Silveira	10	São Francisco
ECI Francisco Augusto Campos	10	Nazarezinho
ECI Maria Moreira Pinto	10	Vieirópolis
ECI Mestre Julio Sarmento	10	Sousa
ECI Nestorina Abrantes	10	Lastro
ECIT Chiquinho Cartaxo	10	Sousa
ECIT Dr José Gadelha	10	Aparecida
ECIT Dr Silva Mariz	10	Marizópolis
ECIT Valdemiro W de Oliveira	10	Santa Cruz
ECI Adriano Feitosa	11	Tavares
ECI Dep Nominando Muniz Diniz	11	São José de Princesa
ECI Ene Mons Sebastiao Rabelo	11	Manaíra
ECI José Nominando	11	Água Branca
ECIT Arlinda Pessoa da Silva	11	Juru
ECIT Maria do Socorro Ramalho Quirino	11	Imaculada
ECIT Nossa Senhora do Bom Conselho	11	Princesa Isabel
ECI Adauto Cabral de Vasconcelos	12	Riachão do Bacamarte
ECI Dom Adauto 12	12	Juarez Távora
ECI João Ribeiro	12	Gurinhém
ECI Jocelyn Velloso Borges	12	São José dos Ramos
ECI Manoel Avelino de Paiva	12	Caldas Brandão
ECI Maria Lins	12	São Miguel de Taipu
ECIT Ana Ribeiro	12	Salgado de São Félix
ECIT Antônio Batista Santiago (ECIT Itabaiana)	12	Itabaiana
ECIT João Úrsulo	12	Pedras de Fogo
ECIT José Lins do Rego	12	Pilar
ECIT Luiz Gonzaga Burity - 12	12	Ingá
ECIT Otavia Silveira	12	Mogeirol
ECIT Teonas da Cunha Cavalcante	12	Juripiranga
ECI Deputado Levi Olimpio Ferreira	13	São Bentinho
ECI Frei Bruno	13	Lagoa
ECI Manoel Medeiros de Araujo	13	Vista Serrana
ECI Maria Soledade Assis Freitas	13	Cajazeirinhas
ECIT Cícero Severo Lopes	13	São Domingos
ECIT Dr Trajano Pires da Nobrega	13	Condado
ECIT Francisco de Sá Calvacante	13	Paulista
ECIT Mons. Vicente de Freitas	13	Pombal
ECI Agropecuarista José Wilson de Albuquerque Melo	14	Capim
ECI Dr Gustavo de Lima Sobrinho	14	Mamanguape
ECI Índio Antônio Sinesio da Silva	14	Marcação

ECI Margarida Dias	14	Pedro Régis
ECI Pedro Poti	14	Mataraca
ECI Prof Renato Fonseca Filho	14	Cuité de Mamanguape
ECI Senador Rui Carneiro	14	Mamanguape
ECI Severino Félix de Brito	14	Itapororoca
ECIT Alzira Lisboa	14	Jacaraú
ECIT Henrique Fernandes de Farias	14	Curral de Cima
ECIT Ivan Bichara Sobreira	14	Lagoa de Dentro
ECIT Luiz Gonzaga Burity	14	Rio Tinto
ECIT Mamanguape - João da Mata Cavalcanti de Albuquerque	14	Mamanguape
ECIT Matias Freire	14	Baía da Traição

ANEXO 2 - GERÊNCIAS REGIONAIS DE ENSINO DA SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO DA PARAÍBA

1ª Regional - João Pessoa

Endereço: Rua Coronel Benevenuto Gonçalves da Costa, S/N – Mangabeira VI /

Fone/Fax: (83) 98654.3110

E-mail: 1gre.gerencia2@gmail.com

instagram: @primeiragrepb

2ª Regional - Guarabira

Endereço: Rua Dr. Sales, 30 – Centro / 58200-000

Fone/Fax: (83) 99127-4397

E-mail: 2gregba3@gmail.com

instagram: @2greguarabira

3ª Regional - Campina Grande

Endereço: Rua José Marques Ferreira, s/n - Malvinas

Fone: (83) 3343-4690

E-mail: 3gre@see.pb.gov.br

instagram: @3grepb

4ª Regional - Cuité

Endereço: Rua José Cassimiro Dantas, 643 – B. Novo Retiro

Fone/Fax: (83) 3372-2358

E-mail: 4grec.cuite@gmail.com

instagram: @4gerencia

5ª Regional - Monteiro

Endereço: Rua Poeta Pinto do Monteiro, 80 – Quinta da Bela Vista

Fone/Fax: (83) 3351-2175

E-mail:

instagram: @5gremonteiro

6ª Regional - Patos

Endereço: Rua Escritor Rui Barbosa, 614 – Centro

E-mail: sextagre@hotmail.com

instagram: @6gerenciapatos

7ª Regional - Itaporanga

Endereço: Rua Manoel Moreira Dantas, 26 – Centro

Fone: (83)99929-9074 / (83)99977-5663

Email: 7gre@see.pb.gov.br

instagram: @7_gre_itaporanga

8ª Regional - Catolé do Rocha

Endereço: Rua Manoel Alves Maia, 94 – Centro

Fone: (83) 3441-1285

Email: nayarakm@see.pb.gov.br

instagram: @8grepb

9ª Regional - Cajazeiras

Endereço: Rua Padre Rolim, 156 – Centro

Fone: (83) 3531-7010 / 7189

E-mail: nonagerenciapb@gmail.com

instagram: @nonagerenciapb

10ª Regional - Sousa

Endereço: Rua Deputado José de Paiva Gadelha, 123 – B. Areias

Fone: (83) 98654-3175

E-mail: decimagerencia2019@gmail.com

instagram: @10gre_sousa

11ª Regional - Princesa Isabel

Endereço: Francisco Wanderley, s/n – Centro

Fone: 3457-2401 / 9 9367-1958

E-mail: 11gre@see.pb.gov.br

instagram: @11regional_gre

12ª Regional - Itabaiana

Endereço: Av. Pres. Epitácio Pessoa, 347 – Centro

Fone: (83) 3281-3502/ 2504

E-mail da GRE: 12gre@see.pb.gov.br

instagram: @12gre_

13ª Regional - Pombal

Endereço: Padre Amâncio Leite, N 45 – Centro

Fone: (83) 3431-3803

E-mail: 13gerenciaregional@gmail.com

instagram: @13regional

14ª Regional - Mamanguape

Endereço: Av. Sen. Rui Carneiro, 169 – Centro

Fone: (83) 3292-4804 / 99366-0586

E-mail - 14gre.mamanguape@gmail.com

instagram: @14gerencia

ANEXO 3 – CENSO ESCOLAR

Os resultados referem-se à: Anexo I - matrícula inicial na Creche, Pré-Escola, Ensino Fundamental e Ensino Médio (incluindo o médio integrado e normal magistério), no Ensino Regular e na Educação de Jovens e Adultos presencial Fundamental e Médio (incluindo a EJA integrada à educação profissional) das redes estaduais. As matrículas da Educação Especial constam no Anexo II.

Os resultados são apresentados por Unidade da Federação, em ordem alfabética, segundo os municípios.

	Anexo I		Anexo II	
	Matrícula inicial		Matrícula inicial Criança especial	
Unidades da Federação Municípios Dependência Administrativa	Parcial	Integral		Integral
PARAIBA	47.813	54.585		1.791
AGUA BRANCA	0	322		12
AGUIAR	0	112		8
ALAGOA GRANDE	607	147		1
ALAGOA NOVA	249	406		12
ALAGOINHA	0	417		25
ALCANTIL	0	138		6
ALGODAO DE JANDAIRA	27	92		5
ALHANDRA	72	251		13
AMPARO	0	93		2
APARECIDA	0	186		7
ARACAGI	429	100		0
ARARA	413	156		5
ARARUNA	494	137		0
AREIA	618	72		0
AREIA DE BARAUNAS	0	52		1
AREIAL	0	275		11
AROEIRAS	492	157		0
ASSUNCAO	0	148		7
BAIA DA TRAICAO	0	56		1
BANANEIRAS	516	186		2
BARAUNA	0	173		3
BARRA DE SANTA ROSA	140	282		6
BARRA DE SANTANA	98	208		16
BARRA DE SAO MIGUEL	0	199		12

BAYEUX	1.306	859	60
BELEM	267	166	4
BELEM DO BREJO DO CRUZ	64	121	2
BERNARDINO BATISTA	0	128	4
BOA VENTURA	0	136	1
BOA VISTA	0	154	4
BOM JESUS	0	92	0
BOM SUCESSO	0	121	5
BONITO DE SANTA FE	69	204	2
BOQUEIRAO	436	153	0
BORBOREMA	0	119	4
BREJO DO CRUZ	120	133	9
BREJO DOS SANTOS	0	119	17
CAAPORA	543	254	6
CABACEIRAS	0	122	3
CABEDELO	782	431	22
CACHOEIRA DOS INDIOS	102	181	3
CACIMBA DE AREIA	0	92	2
CACIMBA DE DENTRO	363	213	4
CACIMBAS	0	217	4
CAICARA	0	141	2
CAJAZEIRAS	1.191	494	18
CAJAZEIRINHAS	0	88	4
CALDAS BRANDAO	61	130	5
CAMALAU	0	193	11
CAMPINA GRANDE	5.195	3.129	146
CAPIM	0	218	16
CARAUBAS	0	127	5
CARRAPATEIRA	0	78	3
CASSERENGUE	49	238	4
CATINGUEIRA	0	117	1
CATOLE DO ROCHA	0	523	3
CATURITE	0	153	10
CONCEICAO	260	300	6
CONDADO	0	180	4
CONDE	1.027	88	5
CONGO	0	134	11
COREMAS	101	348	4
COXIXOLA	0	56	5
CRUZ DO ESPIRITO SANTO	226	217	6
CUBATI	167	191	6

CUITE	214	294	31
CUITE DE MAMANGUAPE	0	190	9
CUITEGI	0	150	11
CURRAL DE CIMA	0	229	11
CURRAL VELHO	0	64	0
DAMIAO	22	155	2
DESTERRO	0	386	15
DIAMANTE	0	152	7
DONA INES	97	268	19
DUAS ESTRADAS	0	79	7
EMAS	0	137	3
ESPERANCA	778	372	6
FAGUNDES	47	321	18
FREI MARTINHO	0	66	5
GADO BRAVO	0	259	3
GUARABIRA	869	1.028	20
GURINHEM	0	251	10
GURJAO	0	113	7
IBIARA	0	153	8
IGARACY	64	172	5
IMACULADA	0	210	9
INGA	203	279	3
ITABAIANA	254	340	2
ITAPORANGA	377	316	10
ITAPOROROCA	460	150	3
ITATUBA	0	351	12
JACARAU	347	154	4
JERICO	0	111	9
JOAO PESSOA	9.487	7.333	278
JOCA CLAUDINO	0	59	1
JUAREZ TAVORA	92	150	5
JUAZEIRINHO	287	320	13
JUNCO DO SERIDO	0	174	8
JURIPIRANGA	146	172	8
JURU	0	0	0
LAGOA	0	139	1
LAGOA DE DENTRO	171	152	4
LAGOA SECA	214	413	12
LASTRO	0	121	2
LIVRAMENTO	0	215	1
LOGRADOURO	0	86	2
LUCENA	126	325	13
MAE D AGUA	0	98	3

MALTA	0	156	12
MAMANGUAPE	732	688	17
MANAIRA	0	328	10
MARCACAO	0	0	0
MARI	492	141	5
MARIZOPOLIS	0	155	2
MASSARANDUBA	29	328	2
MATARACA	155	199	9
MATINHAS	214	0	0
MATO GROSSO	0	68	4
MATUREIA	94	158	5
MOGEIRO	0	388	4
MONTADAS	0	176	7
MONTE HOREBE	132	0	0
MONTEIRO	552	446	12
MULUNGU	0	208	0
NATUBA	107	121	9
NAZAREZINHO	0	182	5
NOVA FLORESTA	0	194	8
NOVA OLINDA	60	99	3
NOVA PALMEIRA	12	119	8
OLHO D AGUA	0	187	1
OLIVEDOS	0	127	3
OURO VELHO	0	60	3
PARARI	0	46	0
PASSAGEM	0	77	1
PATOS	1.352	1.356	24
PAULISTA	257	104	2
PEDRA BRANCA	0	128	4
PEDRA LAVRADA	0	103	2
PEDRAS DE FOGO	669	221	11
PEDRO REGIS	0	150	2
PIANCO	0	311	9
PICUI	309	210	1
PILAR	0	289	12
PILOES	43	227	2
PILOEZINHOS	0	153	0
PIRPIRITUBA	226	60	0
PITIMBU	261	0	0
POCINHOS	26	498	6
POCO DANTAS	0	91	1
POCO DE JOSE DE MOURA	0	115	3
POMBAL	832	182	21

PRATA	0	142	5
PRINCESA ISABEL	257	322	7
PUXINANA	545	160	3
QUEIMADAS	461	684	9
QUIXABA	0	40	7
REMIGIO	494	131	2
RIACHAO	0	87	1
RIACHAO DO BACAMARTE	0	154	4
RIACHAO DO POÇO	0	122	6
RIACHO DE SANTO ANTONIO	0	61	1
RIACHO DOS CAVALOS	0	134	3
RIO TINTO	438	117	1
SALGADINHO	0	150	0
SALGADO DE SAO FELIX	0	221	4
SANTA CECILIA	47	163	1
SANTA CRUZ	0	162	5
SANTA HELENA	60	97	2
SANTA INES	0	78	2
SANTA LUZIA	0	366	18
SANTA RITA	2.393	1.351	38
SANTA TERESINHA	0	107	2
SANTANA DE MANGUEIRA	99	80	2
SANTANA DOS GARROTES	0	153	8
SANTO ANDRE	0	108	4
SAO BENTINHO	0	103	3
SAO BENTO	741	307	2
SAO DOMINGOS	0	87	0
SAO DOMINGOS DO CARIRI	62	37	3
SAO FRANCISCO	0	114	3
SAO JOAO DO CARIRI	0	107	17
SAO JOAO DO RIO DO PEIXE	201	200	0
SAO JOAO DO TIGRE	0	126	2
SAO JOSE DA LAGOA TAPADA	0	171	4
SAO JOSE DE CAIANA	64	113	2
SAO JOSE DE ESPINHARAS	0	102	9
SAO JOSE DE PIRANHAS	362	111	1
SAO JOSE DE PRINCESA	0	67	1
SAO JOSE DO BONFIM	0	97	0
SAO JOSE DO BREJO DO CRUZ	53	0	0
SAO JOSE DO SABUGI	0	93	8
SAO JOSE DOS CORDEIROS	0	72	2
SAO JOSE DOS RAMOS	0	119	2
SAO MAMEDE	0	175	8

SAO MIGUEL DE TAIPU	0	180	4
SAO SEBASTIAO DE LAGOA DE ROCA	94	213	10
SAO SEBASTIAO DO UMBUZEIRO	0	81	3
SAO VICENTE DO SERIDO	64	301	1
SAPE	1.044	482	28
SERRA BRANCA	393	236	1
SERRA DA RAIZ	0	99	2
SERRA GRANDE	0	129	0
SERRA REDONDA	17	181	2
SERRARIA	0	111	3
SERTAOZINHO	0	175	7
SOBRADO	0	278	6
SOLANEA	718	190	2
SOLEDADE	255	201	1
SOSSEGO	0	107	1
SOUSA	1.021	870	24
SUME	0	368	14
TACIMA	37	176	0
TAPEROA	363	118	2
TAVARES	0	297	3
TEIXEIRA	0	436	18
TENORIO	0	79	2
TRIUNFO	86	172	1
UIRAUNA	151	173	3
UMBUZEIRO	0	340	8
VARZEA	0	62	5
VIEIROPOLIS	0	128	4
VISTA SERRANA	0	85	12
ZABELE	0	47	6